

## Confira!

Coluna Sindicatos | página 38

Agenda de Eventos | página 42



# Em meio a pandemia, DADOS DA SEGURANÇA PRIVADA apresentam queda

Página 18

Fenavist trabalha na  
implementação da LGPD

Página 16

Abusos demonstram riscos  
da segurança irregular

Página 26

Entrevista:  
Economista Igor Lucena

Página 22



**ISC BRASIL**

**21 - 23 | 20  
SETEMBRO | 22**

**EXPO CENTER NORTE  
SÃO PAULO - SP**

**ISC EAST**  
NOVA YORK - EUA

**ISC WEST**  
LAS VEGAS - EUA

**EXP  
SEGURIDAD**  
CIDADE DO MÉXICO - MÉXICO

**NOVA DATA**



**FEIRA INTERNACIONAL DE SOLUÇÕES  
INTEGRADAS DE SEGURANÇA**

**ELETRÔNICA • PRIVADA E PATRIMONIAL • PÚBLICA**

**SEGURANÇA INTEGRADA PARA UM MUNDO MAIS SEGURO E CONECTADO**

**SEJA UM EXPOSITOR NA ISC BRASIL**

**11 3060.4892 | comercial@iscbrasil.com.br**

**f /iscbrasil**

**in /isc-brasil**

Confira nosso site e acompanhe todas as novidades:

**iscbrasil.com.br**

Apoio Oficial:

Organização e Promoção:



# LUTAR, PERSISTIR E ACREDITAR

Não tem sido fácil escrever os editoriais das últimas edições. Sempre que paro para pensar, a sensação é de estar vivendo um déjà vu eterno, que estamos andando em círculo.

A pandemia de Covid-19 caminha para completar dois anos. É bem verdade que a vacinação em massa nos tem dado uma esperança de mudança, um frescor. Mas, infelizmente, sabemos que a retomada das atividades econômicas não se dará na mesma velocidade da queda ocorrida a partir de março do ano passado.

Medidas que poderiam impulsionar uma retomada mais rápida seguem paradas ou tramitando de forma equivocada no Congresso Nacional. Exemplo claro é a Reforma Tributária. A primeira parte aprovada recentemente na Câmara dos Deputados, chamada de Reforma do Imposto de Renda, focou em diminuir os tributos pagos pelas pessoas físicas e empresas. Mas é preciso tomar cuidado. Alterações como a cobrança de uma taxa 15% sobre lucros e dividendos pode onerar o empresariado.

Quanto à outra parte, mais substancial das mudanças tributárias, essa continua envolta em discussões, sem que se exista uma ação efetiva para atacar o grande problema do setor de serviços, que inclui a segurança privada: a desoneração da folha de pagamento. Qualquer coisa diferente de uma redução consistente nesse quesito não deverá trazer nenhum fôlego, nenhuma possibilidade de incentivo à geração de empregos, de crescimento econômico.

Temos também a questão do Estatuto da Segurança Privada. A proposta foi enviada ao Senado Federal no final de 2016, após ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas não saiu do lugar até agora.



Temos total consciência de que nos últimos 16, 17 meses, o Parlamento se debruçou e trabalhou duro para aprovar medidas de auxílio ao combate à pandemia. Mas é preciso enxergar o todo. Aprovar o Estatuto da Segurança Privada e a desoneração da folha de pagamento também é essencial. Essas mudanças permitirão a geração de empregos, a retomada do investimento e a melhoria do cenário econômico.

Enquanto essas mudanças não saem do lugar, o segmento de segurança privada continua a sofrer, a funcionar no limite. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que, desde o início da pandemia, o que já era difícil ficou pior. Tanto o ano de 2020 quanto o início de 2021 mostram uma forte queda no número de trabalhadores, empresas e faturamento.

A Fenavist, sindicatos e associações têm buscado formas de minimizar a situação. O trabalho constante junto com o Congresso Nacional e os poderes Executivo e Judiciário não para. Mas é preciso também que cada empresário brasileiro busque os parlamentares do seu estado e ajude no trabalho de convencimento.

Em parceria com o Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep), a Federação também ampliou o leque de produtos e serviços oferecidos aos sindicatos e às empresas, soluções que podem auxiliar bastante na redução dos custos administrativos.

Todas essas ações fazem do nosso lema de Lutar, Persistir e Acreditar.

Um forte abraço a todos.

**Jeferson Nazário**  
Presidente da Fenavist



#### Presidente

Jeferson Furlan Nazário

#### Vice-Presidente

José Jacobson Neto

#### Vice-Presidentes

Alberto Mario Alves Fonseca, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Dildo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Flávio Sandrini Baptista, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, João Eliezer Palhuca, Lauro Santana, Luís Gustavo Silva Barra, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Percival Aracema, Renato Fortuna Campos, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Sílvia Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel

#### Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Júnior, Amauri de Oliveira Soares, Amílto José do Pilar, Andrea Carla, Ari Favero Dal Bem, Carlos Eduardo Lobato Frota, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Domingos Alcantara Gomes, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Gilberto Perera, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, José Evaldo Vieira, José Pacheco Ferreira, Joseph Ribamar Madeira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luis Fernando Azevedo da Silva, Orlando Braga de Almeida, Paulo César Braga Icó da Silva, Sandro Maurício Smaniotto.

#### Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Angelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Lobato Frota, Flávio Sandrini Baptista, Frederico Crim Câmara, Leonardo Ottoni Vieira.

#### Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Halano Soares Cunha, Sandro Ataíde Moura, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, João José Andrade de Almeida.

#### Delegados Representantes

Jacymar Daffini Dalcamini, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Junior.

#### Conselheiros Sesc/Senac

Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero.

#### Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

#### Superintendente

Ana Paula Queiroga

#### Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273  
ascom@fenavist.org.br

---

#### REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

#### REVISÃO

Fátima Loppi

#### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

#### IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.  
ascom@fenavist.org.br  
55 61 3327-5440

---

#### Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar  
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120  
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440  
www.fenavist.org.br  
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

- [06](#) Pandemia provoca adiamento da ISC Brasil para 2022
- [07](#) Fenavist discute o fim dos cadernos técnicos com o Ministério da Economia
- [08](#) Artigo: Mulheres são todas iguais: todas merecem respeito
- [10](#) Parcerias podem ser o grande diferencial na retomada da economia
- [12](#) Artigo: Quatro anos da CLT repaginada
- [14](#) Fenavist se destaca no programa CNC Transforma
- [15](#) Fenavist discute SESMT Comum
- [16](#) Fenavist trabalha no ajuste de detalhes na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados na entidade
- [18](#) **CAPA: Número de empresas, de trabalhadores e o faturamento do setor de segurança privada apresentaram queda em meio à pandemia de Covid-19**
- [22](#) Entrevista: Igor Lucena
- [25](#) Presidente da Fenavist é nomeado para participar de Grupo de Trabalho sobre a segurança privada no CNJ

- [26](#) Casos de abusos cometidos por seguradoras irregulares mostra que Estatuto da Segurança Privada não pode mais esperar
- [27](#) Sindesp-PR reelege Alfredo Ibiapina para o cargo de presidente da entidade
- [28](#) Artigo: O falso Oásis da reforma tributária e a reforma do imposto de renda
- [30](#) Coluna Informação Segura
- [33](#) Presidente do Sindesp-TO participa do Movimento Unidos pela Vacina
- [34](#) Coluna Segurança Inteligente
- [35](#) Lista Sindicatos
- [36](#) Coluna Fenavist
- [38](#) Coluna Sindicatos
- [40](#) Coluna Gente
- [42](#) Agenda



# Pandemia provoca adiamento da ISC Brasil para 2022

*Mas o segmento terá um grande evento virtual em setembro deste ano*

A Reed Exhibitions (RX), responsável pela organização e realização da ISC BRASIL, comunicou o adiamento do evento para 2022. A medida teve como base a reavaliação do cenário atual da pandemia de Covid-19 no Brasil e na cidade de São Paulo, bem como as medidas restritivas do Governo do Estado de São Paulo para o setor de eventos ainda sem previsão de término, e está alinhada com as expectativas e recomendações de entidades e empresas do setor.

Originalmente programada para os dias 22 a 24 de setembro de 2021, a ISC BRASIL passará a ser realizada dos dias 21 a 23 de setembro de 2022, no Expo Center Norte, em São Paulo.

O segmento, porém, não ficará sem um evento repleto de conhecimento este ano. A RX disponibilizará, ao longo de 2021, oportunidades de interação e relacionamento para a indústria de segurança em formato virtual pela Security Showcase Week ISC Brasil, de 21 a 23 de setembro 2021. Baseada nos pilares conteúdo e negócios, essa iniciativa de ações digitais traz webinars, lançamentos, soluções integradas e outras experiências.



O Security Show Case Week será uma vitrine de apresentações exclusivas para lançamentos, produtos, tecnologias, serviços e soluções integradas de segurança.

Essa conexão digital está alinhada à nova estratégia da Reed Exhibitions em promover o relacionamento entre expositores e visitantes de forma constante, durante 365 dias por ano, seja no ambiente virtual, seja em grandes eventos presenciais. Assim será a ISC BRASIL em 2022, que contará com projetos inovadores.

Para conhecer as empresas já confirmadas, conferir a programação e fazer a inscrição, acessando [www.iscbrasil.com.br/pt-br/security-showcase-week-2021.html#/sessions](http://www.iscbrasil.com.br/pt-br/security-showcase-week-2021.html#/sessions).

## Fenavist na ISC

Uma das principais parceiras da ISC, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) também apoia o Security Show Case Week. Já na versão física, no ano que vem, a Fenavist manterá a tradição e estará presente por meio de um estande, que é a casa da segurança privada no evento.



## Fenavist discute o fim dos cadernos técnicos com o Ministério da Economia

*Segundo a pasta, uma nova Instrução Normativa deve ser publicada até o final do ano*

No dia 21 de maio, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) discutiu com o Ministério da Economia o parecer da pasta sobre o fim da publicação dos cadernos técnicos, o seguro garantia e a revisão das Instruções Normativas 5 e 7. A reunião virtual foi realizada entre representantes da Fenavist e a coordenadora-geral de Normas, Andrea Regina Lopes Ache.

Durante a conversa, a Federação questionou que, tendo em vista a informação de que a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia não mais publicará cadernos técnicos por estados sobre a composição de valores limites da vigilância, se há previsão de publicar um caderno técnico geral, em que será demonstrada a formação do custo para o setor.

Além disso, perguntou sobre uma possível alteração das Instruções Normativas 5, de 26 maio de 2017, e 7, de 20 de setembro de 2018. A Fenavist argumentou que o segmento tem sofrido severamente com a atual regulamentação.

A Federação ainda cobrou um parecer da secretaria sobre a dificuldade do setor de vigilância para a contratação do seguro garantia por resistência

dos fornecedores. Os representantes da Fenavist destacaram que, embora tenha sido encaminhada, conforme solicitado em reunião, a documentação que comprova o problema apresentado, não houve retorno.

A coordenadora-geral de Normas, Andrea Regina Lopes Ache, ouviu as demandas e informou que, até o final do ano, uma nova IN deve ser publicada. O texto está sendo desenvolvido por meio de um trabalho intenso e será disponibilizado para contribuições das entidades quando estiver concluído.

Andrea também ressaltou que, com base na nova Lei de Licitações, os órgãos regulamentares farão os editais dos contratos junto com a Advocacia-Geral da União. Por fim, ela solicitou o envio das contribuições citadas na reunião para análise, o que foi feito imediatamente.

Representaram a Fenavist na reunião o diretor da entidade Francisco Fonseca; a superintendente da Federação, Ana Paula Queiroga; o consultor jurídico, Juliano Costa Couto e o consultor econômico Vilson Trevisan. Também participaram do encontro os representantes do Sindesp-RO, Gustavo Almeida e Luiz Carlos.

# MULHERES SÃO TODAS IGUAIS: MERECEM RESPEITO

**Jerfferson Simões**

Presidente da WSF



No último dia 7 de agosto, a Lei nº 14.340/06, batizada como Lei Maria da Penha, comemorou seu 15º aniversário.

A violência doméstica contra a mulher, inquestionavelmente, ainda faz parte da realidade que assombra o público feminino, razão pela qual, no Brasil, a Lei nº 11.340/06 emerge para resguardar os direitos da mulher, inibir e combater a violência contra mulheres.

O combate à violência doméstica e familiar deve ser considerado uma responsabilidade de todos, o que, obviamente, inclui a segurança privada, razão pela qual a World Security Federation (WSF) se propôs a trazer à baila uma reflexão sobre o tema.

O enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil, ainda no século XXI, é considerado um dos principais desafios à segurança. E se tornou ainda mais relevante ao longo da pandemia, isso porque dados revelam que, após o isolamento social, o número de ocorrências policiais de violência doméstica cresceu de forma exponencial, inclusive os casos de feminicídios.

De acordo com os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o total de denúncias dedicadas à mulher de 2019 a 2020 cresceu 22,2% (vinte e dois, vírgula, dois por cento).

Dessa maneira, os registros exigem um olhar detido sobre esse fenômeno por todos os atores e operadores da área de segurança, o que inclui os profissionais de segurança privada, que não raras vezes se deparam com a necessidade de tomar as medidas cabíveis para o cerceamento das agres-

sões e o acolhimento à vítima de violência doméstica, especialmente os profissionais que atuam em condomínios e prédios residenciais.

Com o aumento de vítimas de violência de mulheres em tempos de pandemia, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou as Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia (COVID-19).

As Diretrizes podem ser acessadas em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento\\_ONUMULHERES.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf).

O documento congrega orientações e recomendações práticas para auxiliar e garantir o acesso das mulheres às medidas cabíveis nas situações de violência que estejam vivenciando e no acolhimento às vítimas.

Assim, acredita-se que as diretrizes podem ser importantes norteadores para as empresas de segurança e seus profissionais, inclusive ser uma importante ferramenta de ensino para as escolas de formação, responsáveis pela formação e reciclagens dos vigilantes, que já lecionam sobre o tema na disciplina obrigatória “Legislação Aplicada e Direitos Humanos” estabelecida na Portaria DPF nº 3.233/2012.

Além de inúmeras outras orientações, as Diretrizes enfatizam que os princípios norteadores do atendimento às vítimas de violência doméstica são: acolhimento com empatia pela situação vivida, escuta ativa que valorize os sentimentos experimentados pela mulher, análise da situação que valida a per-



cepção da mulher sobre o que está vivendo e encaminhamentos que reforcem os recursos emocionais e materiais que ela tem para enfrentar a situação.

Dessa maneira, seguem as seguintes dicas expostas nas Diretrizes em questão:

- O profissional de segurança deve demonstrar condições de privacidade e segurança, para que a mulher seja estimulada a dizer o que precisa;
- O profissional deve ouvi-la atentamente, praticando a escuta ativa, de forma acolhedora, pontuando a fala com interjeições de reconhecimento da importância do que está sendo contado, validando as emoções contidas no relato, demonstrando empatia e respeito pela percepção que a mulher tem sobre a situação que está vivendo. O objetivo é transmitir a mensagem de que ela não é responsável pela violência que está ocorrendo e que não está sozinha. Retomar pontos do relato como demonstração de atenção e que compreendeu a situação, com disposição para ajudar;
- Explicar quais são as opções, lembrando que os serviços estão funcionando de forma contingenciada, uma vez que a segurança privada não possui poder de polícia judiciária;
- Verificar com a mulher o que ela gostaria de fazer. A mulher é quem tem a melhor condição para saber o que é melhor nesse momento;
- Caso seja necessário o acompanhamento/intervenção de outro serviço, verifique se a própria mulher tem condições para fazer o contato ou se necessita de ajuda. A mulher pode ter dificuldades para encontrar oportunidade para realizar outra ligação telefônica ou outro procedimento (como o registro do boletim on-line ou solicitação de medida protetiva);
- O profissional deve demonstrar disposição para auxiliá-la naquela ocasião;
- É importante certificar-se de que a vítima está em condições seguras para efetuar eventuais ligações e /ou uso de computadores. A mulher tem acesso a celulares, computadores para uso em segurança? Os equipamentos são de uso exclusivo ou o(a) agressor(a) ou outra pessoa tem acesso a esses equipamentos? A mulher tem contato com amigos/as, familiares, ou outras pessoas que possam ajudá-la? Pode contar a eles/elas o que está acontecendo e pedir ajuda em caso de emergência?

- Caso ela aceite ajuda, o profissional de segurança privada deve orientá-la a se dirigir à delegacia, podendo ser presencial ou on-line; E, caso se trate de violência iminente, entrar em contato direto pelo 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência ou pelo 190 – Polícia Militar, disponível 24h, em todo o território nacional;

- Oriente a apagar os registros de chamada telefônica ou mensagens de seu celular (eles podem ser rastreados pelo/a agressora).

Destaca-se que a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é um serviço criado em 2005, atualmente oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), cujo objetivo é receber denúncias de violência contra a mulher, além de fornecer orientação às mulheres sobre seus direitos e sobre a rede de atendimento à mulher.

Além do mais, é importante que os profissionais das empresas de segurança conheçam os órgãos e as entidades de amparo às vítimas locais, para que possam melhor orientá-las sobre as opções que possuem.

Enfatiza-se que, em 18 de agosto de 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou a Operação Maria da Penha, em que diferentes instituições nos âmbitos federal e estadual vão promover ações para qualificar o atendimento às vítimas e reforçar a necessidade de conscientizar a população sobre a importância de denunciar agressões às mulheres.

Dessa forma, a WSF manifesta o seu apoio à Campanha em questão, bem como sugere que sindicatos, empresas, empresários e as demais entidades representativas apoiem a iniciativa em suas respectivas bases, assumindo o compromisso social na luta pelo repúdio à violência doméstica. Afinal, todas as mulheres são iguais: merecem respeito.

Fontes:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>

[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento\\_ONUMULHERES.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)

## Parcerias podem ser o grande diferencial na retomada da economia

*No segmento de segurança privada, o Inasep é a solução*

Nos últimos 17 meses, uma palavra ganhou bastante destaque em meio à pandemia de Covid-19: tecnologia. O crescimento no número de vezes em que ouvimos ou nos deparamos com o termo não tem relação apenas com o desenvolvimento em tempo recorde de uma vacina para o novo coronavírus. A tecnologia tão presente no dia a dia das pessoas e das empresas se tornou ainda mais fundamental e importante. Investimentos na área se tornaram essenciais para a sobrevivência dos negócios.

Dados do Índice Dell de Technologies 2020 (DT Index 2020) apontam que 87,5% das empresas instaladas no Brasil tomaram alguma iniciativa para a transformação digital, número superior ao do resto do mundo, que registrou 80%. As principais ações incluíram priorizar investimentos em soluções para o trabalho remoto e home office (58,3%), reinventar a forma de entregar produtos e serviços para clientes e colaboradores (44,6%) e aumentar os esforços para evitar ataques cibernéticos (40,6%).

Outra iniciativa que tem sido fundamental para ajudar as empresas a atravessarem a pandemia são as parcerias. Com a perda de faturamento pela maior parte dos setores econômicos durante a crise provocada pela Covid-19 em todo o mundo, a necessidade de readequação financeira e de estrutura tem se mostrado imprescindível. Num cenário em que não há margem para erros, buscar parceiros que contribuam para a melhoria do desempenho dos negócios, enquanto se mantém o foco na principal atividade da empresa, é a melhor escolha.

No segmento da segurança privada, parcerias voltadas para soluções nas áreas tecnológicas, redução de custos operacionais, capacitação de pro-



fissionais, questões jurídicas e econômicas podem ser encontradas no Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep).

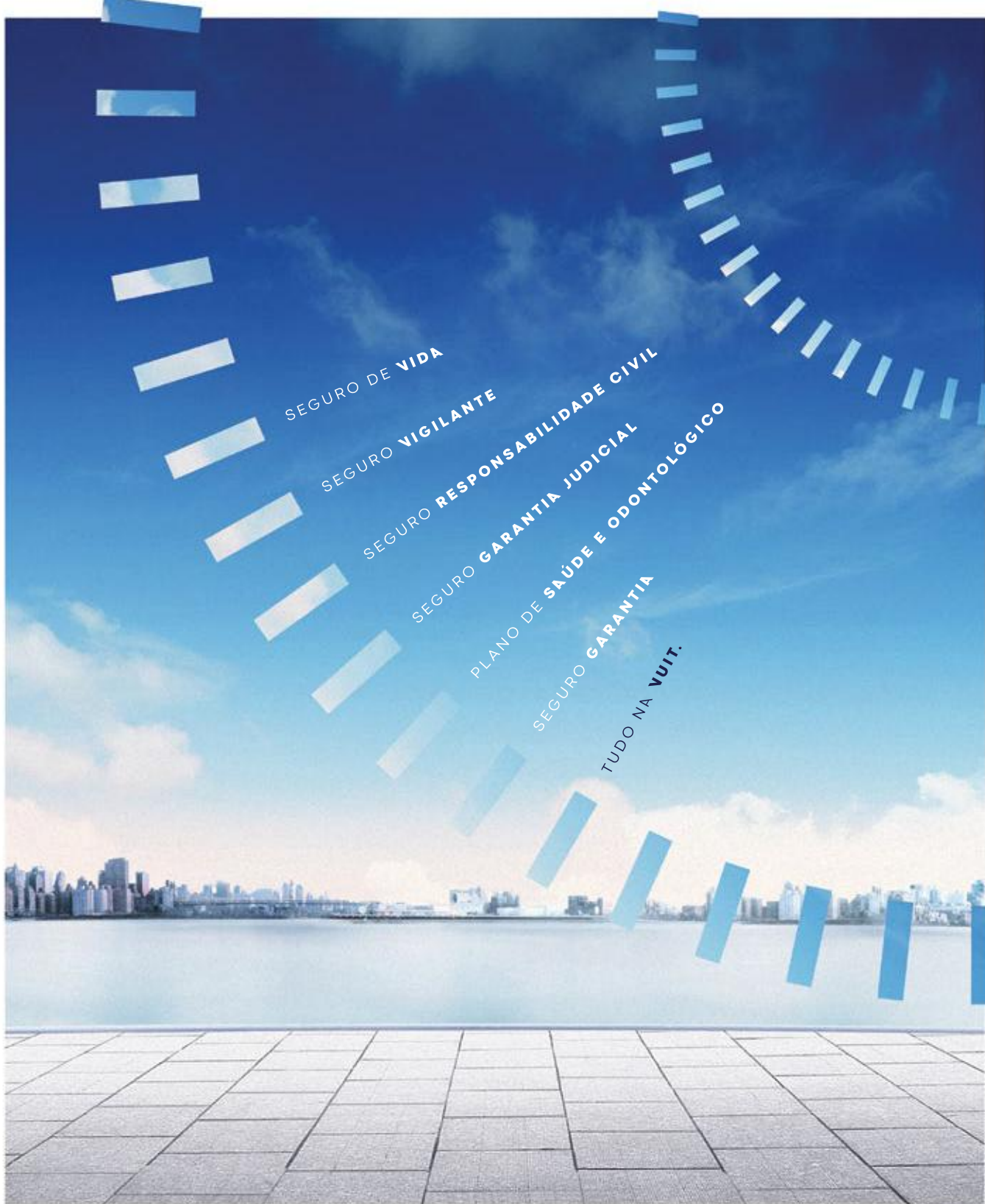
O Inasep oferece parcerias que podem expandir o negócio, levar soluções que não são parte exclusiva do modelo de negócio da empresa, mas que são necessárias para o seu desenvolvimento, ferramentas que facilitam a gestão do negócio e otimizam o desenvolvimento de funções. A ideia é atuar de forma colaborativa com as empresas, proporcionando economia e modernização das empresas.

O Instituto proporciona condições diferenciadas aos sindicatos patronais de vigilância "... e às empresas de segurança privada, transporte de valores, segurança eletrônica e cursos de formação, mediante atendimento diferenciado, com preços muito mais acessíveis do que os praticados pelo mercado. O Instituto Nacional da Segurança Privada trabalha com um conceito que parece simples, mas que faz toda a diferença, a força do setor.

O Instituto também é inclusivo. Não existem diferenças. Empresas de qualquer porte, com qualquer número de funcionários, têm acesso aos mesmos benefícios disponibilizados pelos parceiros. A ideia é fortalecer todo o setor. Só existem empresas fortes em segmentos desenvolvidos.

O Inasep trabalha com cerca de 30 parceiros, que oferecem produtos e serviços de consultoria, advocacia, tecnologia, seguros, empréstimo consignado, vale-alimentação, uniformes, marketing, além de cursos, entre outros.

Para saber mais, acesse <http://fenavist.org.br/negocios/> ou entre em contato com o nosso time pelo e-mail [inasep@inasep.org.br](mailto:inasep@inasep.org.br)



SEGURO DE VIDA

SEGURO VIGILANTE

SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL

SEGURO GARANTIA JUDICIAL

PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

SEGURO GARANTIA

TUDO NA VUIT.



representante exclusiva



parceira

# VUIT

VUIT.COM.BR

41 2101 1785  
41 98405 1860



# QUATRO ANOS DA CLT REPAGINADA

**Hélio Gomes Coelho Júnior**

Consultor Jurídico da Fenavist



A velha CLT do ano de 1943, nascida na Ditadura Vargas, adolesceu, amadureceu e envelheceu servindo a todos os governos da República – de Gaspar Dutra a Dilma, sem exceção, passando assim resoluta, inclusive pela ditadura militar –, tendo sobrevivido a três Constituições (1946, 1967 e 1988). Daqui a dois anos fará 80 anos como marco regulatório de uma relação, empresa e empregado, caracterizada pela reinvenção constante. A CLT ainda regula o trabalho em “radiotelegrafia” e só há pouco regrou o “teletrabalho”. É um texto jurássico para as gerações de pessoas jurídicas e físicas, “millenials” ou “z”.

Para surpresa de todos, em um ambiente institucionalmente esgarçado, com um Executivo (Temer) e Legislativo (Eunício e Maia) desacreditados e acudados e com um Judiciário (STF e TST) ativíssimo, acabou vindo a lume a mais inesperada, extensa e funda revisão da CLT, originada de uma anêmica proposta (meia dúzia de itens) do Executivo, que o Congresso Nacional aproveitou para, em menos de seis meses, reescrever a CLT.

A Lei nº 13.467 de 13/07/17 (DOU de 14/07) veio para modificar notavelmente a CLT.

E, passados quatro anos da sua edição, pois a vigência foi a partir de novembro/17, o que se pode constatar?

## **Os que a maldisseram, erraram.**

As associações dos juizes do Trabalho (ANAMATRA) e procuradores do Trabalho (ANPT), de modo apriorístico, ou seja, sem experimentação, sentaram a pua e, sem cerimônia, apresentaram 125 “enunciados” – sim uma centena e um quarto de outra centena – para dizer à cidade e ao mundo que o Brasil não

respeitava as Convenções da OIT e a sua Constituição Federal.

Agiram como bumbo; ressoaram, mas vazios por dentro.

A propósito, no mês passado, o Brasil deixou a pequena lista da OIT, que arrola os países que afrontam as suas convenções. O assunto teria passado “batido”, não fosse um artigo escrito por um juiz do Trabalho, lotado no TRT da 1ª Região, Otávio Torres Calvet, e alguns poucos registros em jornais. Ou seja, quando convém, as associações de classe usam às largas a mídia. Quando não lhes convém, elas se recolhem no “autocancelamento”. Antes bumbo, agora flauta doce.

## **E as ações diretas de (in)constitucionalidade que estão no STF?**

O STF em um julgamento, relatoria do ministro Fachin, que ficou vencido, julgou duas dezenas de uma só vez, para dizer que é constitucional, sim, a CLT que faculta e não mais obriga a contribuição aos sindicatos. Ou seja, confederações, federações e sindicatos perderam a “receita” certa e foram obrigados a sair da “zona de conforto”, ou do colinho do Estado, o que tanto agradava o governo, os políticos e os sindicalistas. Os empregados e as empresas sustentaram um grande negócio.

Hoje, no STF, ainda tramita um punhado de ADIs, e a principal, após vários e vários adiamentos, é a “validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente” (tema 1.046).

Por outras, o STF dirá se é válida a CLT, quando ela diz que a negociação sindical se sobrepõe à lei, quando

o direito regulado não está previsto na Constituição Federal. Minha opinião: os ministros do Supremo, por maioria de votos, dirão que o “negociado vale sobre o legislado”, quando o direito não for constitucional.

### **E os sindicatos?**

Juntaram-se, articularam-se e foram inimigos fiados. A CLT revisada tirou-os do sonolento comodismo, pelo corte das gordas contribuições compulsórias como acima visto.

Sem as receitas certas, ao natural, desacelerou-se a volúpia de criação de sindicatos. Há um movimento reverso. Os sindicatos tendem à aglutinação de bases territoriais, quando não à própria redução da representatividade, repassando a sindicatos com base estadual ou a federações a tarefa.

Se o “negociado sobre o legislado” for avalizado pelo Supremo, sem dúvida, que os bons sindicatos, os criativos e competentes, resgatarão o protagonismo e poderão reaprender, inclusive, a arrecadar, fundado em velha premissa: bons serviços adensam as filiações e geram receitas. Repito, a regra vale para os sindicatos obreiros e patronais.

### **E a Justiça do Trabalho?**

A lei que aniversaria, não paire dúvida, tirou da Justiça do Trabalho a capacidade de legislar por jurisprudência (p. ex. a terceirização só é possível na atividade-meio, as normas coletivas não caducam, preposto deve ser empregado) e a obrigou a respeitar o devido processo legal (p. ex. empresas e sócios não serão arrostados em execuções e não terão seus bens apropriados sem que haja o regular direito de defesa).

Bom dizer que, desde 2017, os Tribunais do Trabalho, o Superior e os Regionais não se dispuseram a rever o sem-número de súmulas, orientações jurisprudenciais e enunciados, que editaram por anos e décadas, em desconformidade com a CLT revisada.

Os jurisdicionados, algo como 32 milhões de trabalhadores com carteira e milhares de empresas, continuam aguardando que os juízes façam a operação desmonte, depurando tudo o que criaram, interpretando a lei velha ou ocupando espaços que ela deixava, ante a nova normativa legal.

### **O vagar é um sintoma do desagrado, percebe-se.**

Como ao juiz cabe aplicar o direito posto, e não o suposto, já há novos paradigmas jurisprudentes.

### **E a Advocacia Trabalhista?**

Também foi chacoalhada, o que era necessário.

Reclamar sem critério pune o reclamante, que deve pagar custas e honorários advocatícios. A parte que mal atua no processo deve ser punida e multada. Os pedidos devem ser apresentados com liquidez.

O número de ações ajuizadas decresceu ainda que, ano e meio de pandemia e milhões de desempregados por força dela, não se possa precisar o quanto. Mas, sim, diminuiu, especialmente os pedidos formulados, em cada ação, que despencaram.

A “reforma” da CLT, sem meias-palavras, passou a exigir um profissional mais competente técnica, comportamental e conceitualmente. A advocacia trabalhista foi convidada a um necessário up grade, não sendo equivocado dizer que muitos já a deixaram.

Jurisdição voluntária, arbitragem, empregados autossuficientes, negócios processuais e por aí vai uma nova estrada...

O Brasil, enfim, fez a travessia e alcançou uma normativa trabalhista mais próxima da efetivamente necessária, dado que incentiva a contratualidade entre empregado e empregador, revigora a negociação coletiva, remoja o processo do trabalho e prudentemente instrui a produção jurisprudencial e, como cereja do bolo, transmite uma necessária segurança jurídica.

### **A CLT deixou de iluminar o passado. Há mais a fazer.**

Não, porém, exatamente agora, em um Governo que, nos primeiros de seus atos, extinguiu o Ministério do Trabalho, com seus 88 anos, e diluiu suas atribuições a secretarias e departamentos da Economia (Guedes) e Justiça (Moro), quando o País ainda estava entre as oito maiores economias do mundo...

A propósito, sem qualquer alteração da governança, eis que reaparece o Ministério extinto, não em nome de um concerto na gestão, mas por um concerto político de ocasião e quando não mais estamos no top ten.

Por agora, cabe ao patronato usar mais e melhor da mais extensa reforma trabalhista, que veio em julho e passou a vigorar em novembro do já longe 2017...

# Fenavist se destaca no programa CNC Transforma

*Federação também teve participação relevante em outras ações de qualificação*

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) atingiu a pontuação máxima na avaliação feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) na fase de levantamento de desafio do programa CNC Transforma. O projeto apresentado pela Fenavist prevê otimização de gerenciamento das atividades diárias do setor.

A equipe da Federação responsável pelo projeto contou com superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga, e as colaboradoras Natália Oliveira, Emely Rodrigues e Regiane Bach.

O programa foi desenvolvido entre abril e junho, com 20 horas de capacitação, e, finalizou com a certificação das pessoas que atuaram como multiplicadoras da metodologia de inovação aberta, o que gerou como resultado maior capilaridade nas instituições.

O CNC Transforma objetiva trazer soluções inova-

doras aos representados, os empresários do comércio de bens, serviços e turismo, para que eles possam desenvolver seus negócios de forma mais eficiente, se adequando ao “novo normal”.

Além de ser capacitado para conduzir os projetos nascentes do CNC Transforma, o embaixador também terá a oportunidade de trocar experiências com diversas áreas e pessoas participantes no processo.

## Fórum Nacional

Ana Paula Queiroga também participou, no último dia 28 de julho, do 2º Fórum Nacional de Superintendentes das Federações de Comércio de Bens, Serviços e Turismo. O evento organizado pela CNC reuniu 110 participantes. O fórum híbrido, com palestras presenciais e público virtual, alinhou temas de interesse do Sistema Comércio, além de demonstrar práticas e métodos positivos que podem ser adotados nos estados.



AValiação E FEEDBACK		FENAVIST	100
Tópico da entrega	Foi entregue?	Avaliação	Comentários e feedbacks de melhoria
Pergunta a ser respondida com o desafio	✓	😊😊😊	Pergunta clara e objetiva.
Descrição da federação	✓	😊😊😊	Grande qualidade no tópico!
Descrição completa do desafio	✓	😊😊😊	Poderia ter sido melhor desenvolvido o contexto, explicitando os clientes do processo e suas dores.
Resultados esperados	✓	😊😊😊	Muito bom! Me parece resultados realmente importantes e alcançáveis para o desafio trazido.
Modelo atual e expectativas	✓	😊😊😊	Ótimo!

Legenda: ✓ Entregue ✗ Não entregue (a cada ✗ foram tirados 10 pontos)

😊😊😊 Regular    😊😊😊 Satisfatório    😊😊😊 Muito bom



# Fenavist discute SESMT Comum

*Negociações ocorriam com o Ministério da Economia. Com a recriação do Ministério do Trabalho, tratativas passarão a ser com a nova pasta*

Com a recriação do Ministério do Trabalho no final de julho, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) já está em contato com a nova pasta para dar continuidade às discussões sobre o SESMT Comum. O principal ponto em debate é a imprescindibilidade da reforma da Norma Regulamentadora nº 4, especialmente no que se refere aos seguintes pontos: limites de atuação (4.14.3), terceirização e telemedicina.

Em maio, os membros da comissão da Fenavist responsável por discutir o SESMT Comum se reuniram com o então secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Silva Dalcomo, e assessores.

Em relação ao pedido de alteração do item 4.14.3 que determina: “as empresas de mesma atividade econômica, localizadas em um mesmo município, ou em municípios limítrofes, cujos estabelecimentos se enquadrem no Quadro II, podem constituir SESMT comum, organizado pelo sindicato patronal correspondente ou pelas próprias empresas interessadas, desde que previsto em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho. O objetivo dessa alteração é excluir a limitação “localizadas” em um mesmo município, ou em municípios limítrofes”. Foi sinalizado que o momento era muito oportuno para encaminhar fundamentos que embasam esse pedido, tendo em vista o foco da pasta estar na revisão das normas regulamentadoras.

Nesse sentido, a Federação encaminhou os fundamentos, dados e argumentos que balizam a necessidade da mudança.

No que tange à terceirização, sinalizou-se que já existem decisões judiciais, inclusive no estado de Rondônia, que entendem ser possível a terceirização dos serviços prestados pelo SESMT, mas, de



igual modo, o tema será apreciado na oportunidade da revisão da norma.

Por fim, no que se refere à telemedicina, foi informado que o tema deve ser tratado com o Conselho Nacional de Medicina, uma vez que não compete ao Ministério da Economia tratar do assunto.

## O que é?

Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho têm a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. As regras de constituição e funcionamento encontram-se previstas na Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho nº 4 – NR 4.

A Portaria nº 559, de 3 de agosto de 2016, determinou que o registro previsto no item 4.17 da NR4 seja realizado por meio do Sistema SESMT, disponível em <http://sesmt.mte.gov.br/>.

## Quem pode utilizar esse serviço?

As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e os poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observado o dimensionamento vinculado à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, conforme disposto nos Quadros I e II da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho nº 4 – NR 4.

Fonte: Ministério do Trabalho



# LGPD

## Fenavist trabalha no ajuste de detalhes na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados na entidade

*Em vigor desde setembro de 2020, a LGPD prevê sanções como multa e suspensão do banco de dados para quem desrespeitar as regras*

Quase dois anos intensos de trabalho. Esse é o período já dedicado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para implementar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na entidade. Esse é um projeto que exige estudo, intercâmbio de informações e dezenas de horas de dedicação, responsabilidade que está sob o comando da superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga.

Nomeada encarregada de Dados da Federação e do Instituto Nacional de Segurança Privada (INSP), Queiroga tem liderado as equipes das duas entidades na implementação da LGPD. O sucesso da empreitada está diretamente relacionado com a integração de todos os setores, já que um pequeno descuido pode levar a sérios problemas.

Nos últimos meses, as reuniões com a empresa de consultoria Agile For All foram intensificadas. Para maximizar o resultado, os departamentos da Fenavist e do Inasep têm recebido tratamento individualizado, o que possibilita a adoção da LGPD em cada área feita de maneira minuciosa, diminuindo o risco de falhas. No momento, o foco está na Política de Privacidade que tem sido adotada.

### Sanções

Todo o esforço da Federação e do Instituto permitiu que as entidades estivessem prontas para atuar dentro das regras da Lei Geral de Proteção de Dados que, no dia 1º de agosto, passou a aplicar sanções.

Pelas regras da LGPD, as empresas que descumprirem a legislação podem receber punições como multa de até 2% do faturamento, com limite de até R\$ 50 milhões; bloqueio ou eliminação dos dados pessoais ligados à irregularidade; suspensão parcial do funcionamento do banco de dados ou proibição parcial ou total da atividade de tratamento. As penalidades serão aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A LGPD tem 65 artigos, distribuídos em 10 capítulos. O texto foi inspirado em linhas específicas da regulação europeia. Estão abrangidos pela proteção da lei quaisquer dados, como nome, endereço, e-mail, idade, estado civil e situação patrimonial, obtido em qualquer tipo de suporte (papel, eletrônico, informático, som e imagem etc.). Nos casos de contratos de adesão, quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço, o titular deverá ser informado com destaque sobre isso.

### Ações

As ações da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores e do Instituto Nacional da Segurança Privada não ficaram restritas apenas à implementação da LGPD internamente. A Fenavist promoveu cursos, lives, e mantém aberto espaço para sindicatos e empresas tirarem dúvidas. Além disso, atuou fortemente nas redes sociais com publicações constantes sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, esclarecimentos e outras informações relevantes sobre o processo de adequação dos sindicatos e das empresas.



## Do que trata a Lei Geral de Proteção de Dados pessoais (LGPD)?

A LGPD (Lei nº 13.709, de 2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais das pessoas naturais, definindo as hipóteses em que tais dados podem legitimamente ser utilizados por terceiros e estabelecendo mecanismos para proteger os titulares dos dados contra usos inadequados.

A Lei é aplicável ao tratamento de dados realizado por pessoas naturais ou por pessoas jurídicas de direito público ou privado, e tem, conforme o art. 1º, o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

### Quando a LGPD entrou em vigor?

A Lei entrou em vigor de maneira escalonada:

- Em 28 de dezembro de 2018, quanto aos arts. 55-A, 55-B, 55-C, 55-D, 55-E, 55-F, 55-G, 55-H, 55-I, 55-J, 55-K, 55-L, 58-A e 58-B, que tratam da constituição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPDP);
- Em 18 de setembro de 2020, quanto aos demais artigos da Lei, com exceção dos dispositivos que tratam da aplicação de sanções administrativas; e
- Em 1º de agosto de 2021, quanto aos arts. 52, 53 e 54, que tratam das sanções administrativas.

### Quais dados são protegidos pela LGPD?

A LGPD garante proteção a todos os dados cujos titulares são pessoas naturais, estejam eles em formato físico ou digital. Assim, a LGPD não alcança os dados titularizados por pessoas jurídicas – os quais não são considerados dados pessoais para os efeitos da Lei.

## O que são dados pessoais?

A LGPD adota, no art. 5º, inciso I, um conceito aberto de dado pessoal, definido como a informação sobre uma pessoa natural identificada ou identificável.

Assim, além de informações básicas de identificação, a exemplo de nome, número de inscrição no Registro Geral (RG) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) e endereço residencial, são também considerados dados pessoais outras informações sobre uma pessoa natural, tais como hábitos de consumo, aparência e aspectos de personalidade.

Segundo o art. 12, § 2º, da LGPD, poderão ser igualmente considerados dados pessoais aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada.

## O que as empresas e o setor público precisam fazer para se adequarem?

A LGPD estabelece uma série de providências que devem ser adotadas pelos agentes de tratamento, que incluem o mapeamento e o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, incluindo a identificação das respectivas bases legais e finalidades; a adoção de medidas técnicas e administrativas e de processos e políticas internas que assegurem o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais; e o estabelecimento de um canal de contato com os titulares de dados pessoais.

A Lei determina, no art. 41, que os controladores de dados devem indicar um encarregado para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD. Em determinadas circunstâncias, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados, a ANPD poderá estabelecer hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação (art. 41, § 3º).

(Fonte: ANPD)





## **Número de empresas, de trabalhadores e o faturamento do setor de segurança privada apresentaram queda em meio à pandemia de Covid-19**

*Apenas nos primeiros meses de 2021, encerraram-se cerca de 20 mil postos de trabalho*

Pelo segundo ano consecutivo, os dados da segurança privada no Brasil receberam destaque no Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A edição de 2021 foi lançada no dia 15 de julho pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o responsável pela publicação. As informações sobre o segmento de segurança privada foram analisadas em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

A segurança privada, assim como todas as atividades produtivas no Brasil, está diretamente ligada às oscilações econômicas e não ao aumento da violência, como comprovam os números. O segmento voltou a ter perda de postos de trabalho. Dados da Polícia Federal, órgão que regulamenta e fiscaliza a atividade, divulgados pelo anuário, mostram que, em 2019, 565.163 vigilantes atuavam nas empresas de segurança privada de todo o País, incluindo as orgânicas (empresas que optam por realizar a própria segurança dentro das regras estabelecidas pela Lei nº 7.103/1983). No final de 2020, o quantitativo de vigilantes era de 545.477, uma perda de 19.686 vagas.

Essa situação permanece em 2021. Apenas no primeiro semestre houve uma redução de quase 20

“ Muitas empresas utilizaram o programa que permitia a suspensão ou o corte nos salários com a redução da jornada de trabalho por meio de acordo com os trabalhadores. Infelizmente, com o fim do benefício, os empregadores não conseguiram garantir todos os empregos ”

mil (19.369) trabalhadores, resultado influenciado, principalmente, pelo fim do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego do Governo Federal, suspenso no final de 2020. Assim, o número de vigilantes era de 526.108, dos quais 49% atuam na região Sudeste.

“Muitas empresas utilizaram o programa que permitia a suspensão ou o corte nos salários com a redução da jornada de trabalho por meio de acordo com os trabalhadores. Infelizmente, com o fim do benefício, os empregadores não conseguiram garantir todos os empregos”, explica o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, em texto publicado no anuário.

Após pressão dos setores econômicos, principalmente o de serviços, o governo federal retomou o programa em abril.

É preciso ressaltar que a diminuição constante no número de vigilantes em atividade significa menos proteção e segurança a toda a população. “É a segurança privada que permite que as forças de segurança pública se concentrem no combate direto à criminalidade de forma ostensiva, uma vez que se encarrega da segurança preventiva. Nas atuais condições, a sensação de insegurança tende a aumentar. Toda essa situação é bastante preocupante não apenas para o segmento de segurança privada, mas também para toda a sociedade. A segurança privada é complementar à segurança pública. Atua em escolas, hospitais, órgãos públicos, indústria, escolta armada, transporte de valores, só para citar alguns exemplos”, afirma o presidente da Fenavist na publicação.

#### **Outros indicadores confirmam queda**

Diante da crise econômica causada pela pandemia, muitas empresas de outros segmentos que contratam a segurança privada também fecharam as por-

tas, diminuindo a demanda, o que tem contribuído para uma tendência de retração da atividade.

A queda no número de empresas autorizadas pela Polícia Federal é outro indicador que reforça o impacto das dificuldades enfrentadas pela atividade de segurança privada. Em 2019, existiam 2.664 empresas especializadas e 2.017 orgânicas. No ano passado, o quantitativo ficou em 2.680 e 1.938, respectivamente. Já nos primeiros meses de 2021, a redução no número de empresas registradas foi ainda maior, 2.471 empresas especializadas e 1.154 orgânicas, um total de 3.625, o que significa uma diminuição de 21,5%.

A tendência de queda no segmento também é demonstrada pelo grande número de pessoas aptas a desempenharem a função de vigilante em janeiro de 2021: 966.574, segundo dados da Polícia Federal e da Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes (ABCFAV). Ou seja, a atividade possui uma reserva de profissionais muito grande sem oportunidade de exercer a atividade.

O faturamento do setor de segurança privada e transporte de valores, que inclui todas as despesas e impostos pagos e não representam o lucro, também retrocedeu em 2020, retornando ao nível de 2016 e 2017, quando os valores registrados foram de cerca de R\$ 35,4 bilhões.

No ano passado, o valor estimado foi de R\$ 35,7 bilhões ante praticamente R\$ 37 bilhões em 2019, uma redução de 3,3%. A queda foi fortemente puxada pela perda de faturamento das empresas de transporte de valores, que, analisado individualmente, teve uma redução de 13,5%.

Para ter uma ideia da gravidade da situação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, utilizado pelo governo como inflação oficial,

foi de 4,52%, que significa a perda de poder econômico que se soma à redução do faturamento.

## Perfil dos Vigilantes

A atividade continua sendo predominantemente exercida por homens, que representam 91% do total de trabalhadores. O grau de escolaridade é bem superior ao mínimo exigido pela Lei nº 7.102/1983,

### O perfil do vigilante na segurança privada no Brasil - abr/2021



que é a 4ª série do ensino fundamental. Atualmente, 77% dos vigilantes possuem ensino médio completo ou mais e 69% têm entre 30 e 49 anos.

## Veículos

O número de veículos utilizados pelas empresas do setor também apresentou queda. No ano passado, o total de carros usados na escolta armada e transporte de valores, incluindo os carros-fortes, era de 9.348. Em 2021, até o final do primeiro semestre, o quantitativo caiu para 7.347.

## Futuro

“Medidas paliativas por parte do governo podem ser tomadas, mas não resolverão o problema em definitivo. Estamos chegando ao limite. A vacinação em massa é a solução mais consistente no momento, como tem sido defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e por consultores do mercado. Outras medidas e soluções não são novas. A pandemia expôs de forma cristalina, mais uma vez, a necessidade urgente de aprovar uma reforma tributária ampla, com a desoneração pesada da folha de pagamento das empresas do setor de serviços”, defende Jeferson Nazário.

Uma outra medida considerada essencial por todo o segmento é a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. A proposta, que tramita há 11 anos e já cumpriu todo o rito legal, continua no aguardo da última votação pelo Senado Federal.

“Em tramitação desde 2010 e parado há quatro anos no Senado, o projeto de Lei vai atualizar e modernizar a Lei nº 7.102/83, que há quase 40 anos regulamenta o setor da segurança privada no Brasil. O texto, que aguarda a derradeira análise do Senado, tem o apoio

### Receita bruta de prestação de serviços no ano - Atividade vigilância e segurança privada e de transporte de valores Brasil - 2020

Brasil e Regiões	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	34.535.504	35.456.107	35.408.816	36.257.593	36.936.364	35.683.698
Região Norte	1.902.506	1.990.358	1.848.168	1.819.324	1.717.855	1.691.579
Região Nordeste	5.684.835	5.674.178	5.538.596	5.968.836	5.857.341	5.512.757
Região Sudeste	18.063.535	18.557.155	18.775.151	18.775.399	19.638.645	18.940.823
Região Sul	4.978.937	5.062.331	5.205.066	5.132.003	5.356.860	5.347.422
Região Centro-Oeste	3.905.691	4.171.085	4.041.842	4.562.032	4.345.863	4.191.017

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

### Quantidade de empresas, por tipo Brasil - 2019-junho/2021

Tipo	2019	2020	Jun-21
Especializadas	2.664	2.680	2.471
Orgânicas	2.017	1.938	1.154
<b>Total</b>	<b>4.681</b>	<b>4.618</b>	<b>3.625</b>

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

### Vigilantes aptos a trabalhar Brasil - 2021

Total de vigilantes aptos a trabalhar	966.574	-
Vigilantes com vínculo ativo com empresas somente especializadas	502.318	52%
Vigilantes com vínculo ativo com empresas somente orgânicas	23.790	2%
Vigilantes com vínculo ativo com empresas especializadas e orgânicas	486.740	50%
Vigilantes inativos	479.834	50%

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Departamento da Polícia Federal e ABCFAP - Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes.

Considerando um potencial efetivo de aproximadamente 1 milhão de novos formandos e de profissionais com a reciclagem em dia no curso de vigilantes, temos que 50% estão trabalhando na área e 50% ainda não engrenaram no campo de trabalho. Dados fornecidos pela DPF e pela ABCFAP - Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes.

das empresas regularizadas do setor, dos trabalhadores e da Polícia Federal. A nova lei trará inovações importantes para o setor que é complementar ao da segurança pública, permitindo que as empresas possam se adequar a novas tecnologias e ferramentas e, consequentemente, oferecer um serviço de qualidade ainda melhor e com resultados expressivos a toda a sociedade”, argumenta o presidente da Fenavist.

Além disso, o Estatuto da Segurança Privada criará um regime jurídico mais seguro para as empresas formais, uma vez que criminaliza e pune com maior rigor a prestação de serviço de segurança privada clandestina, o que não ocorre atualmente.

“Há ainda a questão econômica. A nova Legislação cria novos nichos de atuação. Segundo estimativas, a ampliação do mercado da segurança privada pode gerar aproximadamente 150 mil novos empregos seis meses após a aprovação da nova lei, números que podem ser fundamentais na recuperação econômica do País no pós-pandemia”, conclui Nazário no texto publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.

Para acessar na íntegra os dados, acesse <https://forum-seguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>



Faça uma  
revisão  
tributária  
na sua  
folha de  
pagamento.

## Você sabia?

- Existem vários eventos na folha de pagamento que podem ser recuperados, em sua grande maioria, administrativamente.
- Grande parte das empresas desconhece o que pode ser recuperado, porque o levantamento manual é complexo.

Nossa equipe de especialistas utiliza uma Metodologia Inovadora e um Software específico, consegue fazer tudo isso para sua empresa de maneira Segura e Eficaz.

\* Fazemos este estudo totalmente sem custos.



Assista ao vídeo completo no nosso canal:  
[YouTube.com/jpbalabanadvogados](https://www.youtube.com/jpbalabanadvogados)

**O QUE ESTÁ ESPERANDO?**  
Entre em contato.



# Entrevista: Igor Lucena

## Reforma Tributária



Igor Macedo de Lucena é economista e empresário. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará e Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa. Atualmente é diretor de Investimentos do grupo Corpvs, membro do Instituto Francês de Relações Internacionais e da Chatham House - O Instituto Real de Relações Internacionais do Reino Unido.

Ele conversou com exclusividade com a Revista Fenavist sobre os aspectos envolvendo da Reforma Tributária. Equívoco das propostas apresentadas, chances de aprovação, reforma ideal para a segurança privada e o cenário econômico para os próximos meses são apenas alguns tópicos abordados nesta entrevista. Confira.

**Há cerca de 30 anos a Reforma Tributária é destaque no Congresso Nacional, poder Executivo, setor produtivo e imprensa. Entre as diversas linhas de pensamento existe o consenso de que o sistema tributário brasileiro precisa mudar. Então, para começarmos essa conversa, uma pergunta "simples": por que ainda não foi possível aprovar uma Reforma Tributária?**

A resposta a essa pergunta simples é que há vários interesses que não se alinham do ponto de vista de arrecadação e de tributos. Quando se faz uma análise entre estados, municípios, União, há um desalinhamento de interesses dentro da própria reforma porque parte do bolo tributário termina saindo de uma mão e indo para outra. E setores do comércio, da indústria e de serviços que pagam hoje tributos diferentes terminam alterando-se, principalmente o setor de serviços, em que teria sempre um aumento sobre sua carga. Então, quando não há consenso entre os agentes econômicos partícipes, a reforma não anda.

**Com o início do atual governo, houve uma espécie de euforia com a possibilidade da aprova-**

**ção de mudanças significativas no sistema tributário brasileiro, principalmente pelo fato de o presidente Jair Bolsonaro ter escolhido para o então superministério da Economia o economista Paulo Guedes, visto como um homem de mercado e liberal. No entanto, em quase três anos de governo isso ainda não ocorreu. O que o aconteceu?**

Existiram vários elementos que prejudicaram durante esses três anos a evolução das medidas, da reforma tributária. O governo no começo do mandato focou na reforma previdenciária, que foi muito importante, depois na PEC emergencial, e diversos problemas, principalmente pela crise da pandemia, impossibilitaram uma reforma econômica de via liberal quando, do ponto de vista econômico, foi necessário aumentar os gastos, quando se teve mais de oitocentos bilhões de reais em gastos emergenciais com programas de apoio a famílias na pandemia. Então, basicamente o que se pode ver é que outras reformas foram colocadas na frente e esta última, muito importante, mas as outras também eram, ficou presa durante o período da pandemia, e vem sendo retomada há pouco tempo agora.

**O setor de serviços, sem dúvida alguma, é o mais afetado pela alta carga tributária cobrada no País. Ao lado de outros agentes produtivos, entidades e empresários do setor têm apresentado uma série de críticas aos textos já apresentados pelo governo. Entre os problemas apontados estão a taxaço de lucros e dividendos e a falta de uma desoneração da folha de pagamento mais robusta. Além desses dois temas, o que mais preocupa o setor de serviços na atual proposta de Reforma tributária?**

É importante lembrar que existe no setor de serviços uma visão muito deturpada de parte dos outros setores e de parte da sociedade. Tem-se uma visão falsa de que o setor de serviços paga hoje menos impostos

do que o da indústria, da agricultura. Entretanto, o nosso setor é intensivo em mão de obra e se sabe que os gastos, em uma empresa de serviços, com mão de obra e pessoal geralmente é o maior e isso impacta maior nível de tributação, ou seja, quando se fala de FGTS e INSS, são os valores de encargos de folha os que mais pressionam as empresas de serviços. Por isso, quando se tem essa desproporcionalidade do ponto de vista de pessoal, que faz com que se consiga empregar mais pessoas e ajudar a economia em geral, propor um aumento da carga tributária nos serviços é prejudicar duplamente, porque isso impede mais contratações e prejudica um setor que já paga muitos impostos para contratação. É uma situação complexa. Se existir um aumento na carga tributária sobre as empresas de serviços, é necessário ter uma diminuição sobre a folha para o setor de serviços também, já que indiretamente isso pressiona e diminui as margens do setor. É bom lembrar que é um setor que representa mais de sessenta por cento da economia nacional. Logo, essa visão de que o setor de serviços paga poucos impostos é errada e precisa mudar.

**Todos os setores produtivos são unânimes em afirmar que a atual proposta ao invés de diminuir a carga tributária, aumentará o valor gasto com impostos. Por que isso ocorre?**

Isso é verdade. A ideia inicial da reforma tributária era simplificar os impostos. Inclusive, a proposta do economista Bernard Appy, que previa a fusão de cinco impostos e criava o IVA dual, dentro de um sistema de compensação nos últimos dez anos para os estados e municípios, era muito positiva. Infelizmente essa proposta basicamente foi engavetada.

A partir do momento em que há uma indisposição do governo federal de aumentar a isenção de faixas tributárias das pessoas físicas e diminuir parte dos impostos sobre a renda das empresas, o aumento, dentro do ponto de vista dos dividendos em outros setores como, por exemplo, o setor de investimento agrícola, faz com que a carga tributária no final aumente. Então, as compensações que o governo pretende gerar sobre o setor produtivo para desonerar a pessoa física aumenta a carga tributária, ou seja, isenta-se de tributos uma classe média e repassa-se esse custo para as empresas, o que, na prática, desestimula o investimento e a contratação, principalmente no nosso setor de serviços, o que é pior ainda. Cria-se, portanto, uma reforma não adequada à atual situação.

**Vários estudos e levantamentos produzidos ao longo dos últimos anos apontam a desoneração da folha de pagamento como a medida mais efetiva para aliviar a carga tributária das empresas, além de permitir que elas se tornem mais competitivas e possam aumentar a geração de empregos, algo fundamental no atual cenário da economia brasileira, que ainda enfrenta os impactos das últimas crises econômicas internacionais e da pandemia de Covid-19. Se a solução “já existe”, por que não é posta em prática?**

A desoneração da folha, com certeza, é uma das medidas mais importantes para a competitividade das empresas nacionais, para o setor de serviços e, principalmente, para a diminuição do desemprego. A solução está aí. O problema é que como existe um rombo previdenciário que é acumulativo no longo prazo e como valores de FGTS são utilizados como espécie de orçamento paralelo para outras ações do governo como, por exemplo, investimentos em infraestrutura e construção civil, todos esses valores e encargos que entram sobre a folha passam a ter uma necessidade de que o Estado os coloque como essenciais, caso contrário ele não consegue fechar as contas de despesas correntes. Isso significa que, para desonerar a folha, outro imposto teria que ser aumentado.

Talvez o ponto mais importante não seja a criação de novos impostos, mas, para compensar a desoneração da folha, talvez haja necessidade de tirar setores que recebem privilégios, mais voltados para a área da indústria e da parte de transformação, porque estes passaram décadas recebendo benefícios e esses benefícios mascaram a competitividade. Por sua vez, já o fato de retirar recursos sobre a folha de pagamento faz com que toda a economia nacional se torne mais competitiva. Então, é uma questão de competitividade. Entretanto, cada setor tem seus agentes de defesa de interesses que, muitas vezes, não abrem espaço fiscal para que essa situação da reforma seja colocada em prática do ponto de vista de folha de pagamento.

**Na opinião do senhor, como deve ser uma Reforma Tributária que, de fato, melhore o cenário para as empresas e para a população brasileira?**

O melhor é se ter uma reforma que, primeiro, simplifique os impostos. Segundo, que os impostos sejam cobrados efetivamente com fatos geradores uniformes



**“A retomada econômica vai existir, apesar de ser uma retomada com inflação e com um crescimento de no máximo 2%, 2,5%, isso já em uma visão muito otimista para 2022”**

para todo o País. Por exemplo, não se pode ter um tributo, uma alíquota de tributos Y para o shampoo e uma alíquota de tributo Y para o shampoo com o condicionador juntos, o dois em um. Não há sentido algum. Muitas vezes tem-se tributos diferentes e alíquotas diferentes para chinelo ou sandália, o mesmo produto, um calçado.

Então, o que precisa ser feito? Primeiro, a uniformização nacional de todos os impostos, de todas as alíquotas de todos os bens brasileiros, na verdade. Segundo, é preciso que os impostos federais – os principais são cinco – sejam unificados. Que ICMS, ISS se tornem um Imposto de Valor Agregado (IVA) e que, quando do pagamento dos impostos, haja um imposto federal, um imposto municipal ou um imposto estadual, uma espécie do IVA dual. E que tudo seja baseado na ideia do imposto de valor agregado. Isso faz com que se acabe com a guerra fiscal do ICMS, não haja grandes discrepâncias sobre o ISS e basicamente os produtos e serviços vendidos no Brasil inteiro tenham uniformização.

Além disso, o sistema de recolhimento de impostos seria bastante simples, haveria uma guia federal, uma municipal, uma estadual e pronto. E todos esses recursos seriam, em longo prazo, escalonados no prazo de dez a vinte anos para que a economia crescendo, entes federados que perderam recursos fossem compensados com uma espécie de fundo de compensação. Essa é uma parte da base da reforma econômica do Bernard Appy e que vai ao encontro das melhores práticas internacionais. Dentro disso, se poderia começar a pensar em uma entrada na OCDE e, claro, diminuir de duas mil horas gastas em recolhimento de impostos para algo como duzentas horas, como acontece na grande maioria dos países. Isso geraria simplificação, uniformização e produtos e serviços seriam simplesmente iguais em todo o País.

**Para finalizar, o País enfrenta um cenário econômico, no mínimo, complicado. Os indicadores do ano passado, fortemente influenciados pela pandemia, já demonstraram o tamanho das dificuldades. Para este ano, as previsões de inflação na casa de 8%, algo que não se via há muitos anos, já preocupa, assim como as últimas altas na Selic e o dólar oscilando bastante,**

**quase sempre para cima. A alta nos preços dos combustíveis e a crise hídrica que tem encarecido a energia elétrica são outros dois fatores que dificultam a vida das empresas. Diante de toda essa situação, o que o senhor enxerga para os próximos meses e para 2022? Como as empresas do segmento de segurança privada e de outras atividades devem agir? Há como superar tudo isso sem a Reforma Tributária?**

A reforma tributária ainda é uma incógnita. Se não passar este ano algum tipo de reforma, modificação ou simplificação tributária, se terá de esperar o próximo governo, pois dificilmente em 2022, em uma época eleitoral, haverá uma aprovação de reforma. A pauta eleitoral converge, o Banco Central independente está agindo com capacidade correta, a inflação pode chegar aos dois dígitos ainda este ano, a SELIC também. Entretanto, o aumento da SELIC vai provocar uma queda no dólar e uma queda no dólar também faz com que preços dos combustíveis caiam e, em 2022, a crise hídrica pode vir a diminuir também, então isso vai fazer com que o preço da energia elétrica, não no começo de 2022, mas ao longo do ano, possa ter uma queda. Entretanto, as empresas do segmento de segurança devem se preparar para uma retomada. A retomada econômica vai existir, apesar de ser uma retomada com inflação e com um crescimento de no máximo 2%, 2,5%, isso já em uma visão muito otimista para 2022. Isso significa que investimentos têm que ser feitos com mais segurança, mais planejamento. Os gestores financeiros devem procurar defender seus caixas com operações atreladas ao IPCA mais algum tipo de retorno financeiro e os investimentos, como todos os segmentos, voltarão por um motivo específico: apesar dessa complexidade no setor interno, na visão do setor externo, tem-se uma retomada muito grande na Europa, que já se está vendo. A China se mostra também muito crescente do ponto de vista de infraestrutura e o governo Biden já tem um plano de sete trilhões de dólares que serão investidos dentro e fora dos Estados Unidos. Tudo isso vai impulsionar muito as nossas exportações e deve fazer com que o setor externo leve um pouco a economia nacional para o lado positivo no ano de 2022. Talvez haja uma retomada, mas será ainda uma retomada difícil. Retomadas mais robustas devem chegar apenas em 2023.



## Presidente da Fenavist é nomeado para participar de Grupo de Trabalho sobre a segurança privada no CNJ

*Em audiência pública, Polícia Federal e entidades do setor defenderam uma fiscalização mais rígida da atividade*

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, foi nomeado membro do Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir as melhores práticas para assegurar a eficiência e a qualidade na prestação de serviços de segurança privada. O Colegiado é dirigido pelo conselheiro e coordenador do grupo, Mario Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro.

A entrada da Fenavist na discussão do grupo, juntamente com a Polícia Federal, será de grande importância, já que um dos objetivos é sugerir melhorias legislativas e inovações para a construção de uma segurança privada mais eficiente, humanizada e legal.

O Grupo da Segurança Privada foi uma proposta apresentada pelo Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, em 17 de setembro de 2020, pelo ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, que tem como objetivo fundamental a proteção e garantia dos direitos humanos no âmbito da Justiça brasileira.

“É uma honra para mim, enquanto presidente da Fenavist, ter sido convocado a integrar o Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça que estuda melhorias no segmento de segurança privada. Uma coisa é certa, o segmento regular de segurança privada é totalmente a favor de uma legislação mais moderna e rígida. O combate à clandestinidade e aos preços inexequíveis torna a atividade muito mais forte, o que evitará os equívocos que acontecem atualmente, pelos quais empresas e profissionais sérios são julgados na mesma balança dos clandestinos”, afirma Jeferson Nazário.

### Audiência Pública

No dia 30 de julho, o CNJ realizou uma audiência pública para discutir medidas que assegurem mais eficiência e melhor qualidade na prestação de serviço de segurança privada no Brasil. Por ser membro oficial o Grupo de Trabalho, o presidente da Fenavist participou apenas como ouvinte.

No entanto, diretores de outras entidades que representam o segmento participaram como oradores. O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP), João Palhuca, explicou que “as empresas de segurança querem ser fiscalizadas, porque, assim, podem exercer melhor seu trabalho e, conseqüentemente, darão um bom retorno à sociedade”.

O presidente da Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFVAV), Ricardo Tadeu Corrêa, afirmou que “os cursos de formação têm condição de agregar valor no combate não apenas ao racismo, mas também a outros tipos de preconceito”.

Também integrante do Grupo de Trabalho, a Polícia Federal defendeu a atuação das empresas regulares. “A segurança privada é uma atividade econômica lícita extremamente importante para a economia do País, geradora de empregos. E ela traz benefícios não apenas ao contratante daquela segurança privada, mas a toda a sociedade, inclusive na segurança de órgãos públicos”, argumentou o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da PF, Licínio Nunes.

A Polícia Federal destacou ainda a necessidade da aprovação urgente do Estatuto da Segurança Privada. “Esse projeto de lei é essencial para continuidade do desenvolvimento da segurança privada. Ele traz novas tecnologias, novas atividades, novos profissionais, novas formas de trabalho e, principalmente, novos instrumentos de combate à clandestinidade”, destacou o delegado Guilherme Lopes Maddarena, chefe da DPSP/CGCSP/DIREX/PF.

Em 24 de agosto houve nova reunião do GT, na qual ficou definida a elaboração de uma Nota Técnica para encaminhamento ao Congresso Nacional, reforçando a importância e a urgência da aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, assim como de uma Recomendação para orientar o modo como contratar o setor de segurança privada. As sugestões elaboradas pela Fenavist foram encaminhadas e estão sendo analisadas e compiladas para posterior apresentação ao GT e envio para apreciação e validação do presidente do CNJ, ministro Luiz Fux.

## Casos de abusos cometidos por seguranças irregulares mostram que Estatuto da Segurança Privada não pode mais esperar

*Fenavist tem atuado para minimizar impacto negativo na imagem do setor*

“Há um equívoco na pergunta, que também é feita por boa parte da população. Existe uma generalização incorreta, muitas vezes provocada por falta de conhecimento, inclusive da imprensa, que generaliza as nomenclaturas como sinônimos. Não é porque uma pessoa utiliza um colete, uma camiseta ou um crachá que ela é um vigilante”, assim o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, respondeu a um veículo de comunicação que questionou sobre um suposto aumento de casos de violência e abusos cometidos por vigilantes.

Esse tipo de questionamento demonstra o quanto o segmento regular de segurança privada tem sido prejudicado pela ação de empresas e profissionais irregulares. “Só para citar os casos mais recentes envolvendo supermercados em São Paulo, Rio Grande do Sul e na Bahia, em nenhum deles os ditos ‘seguranças’ eram vigilantes. Em todos eles havia a presença de segurança clandestina, ou empresa sem autorização da Polícia Federal, ou ainda desvio de função,” explica Jeferson Nazário.

O presidente da Fenavist faz questão de ressaltar que as ações não condizem com as práticas adotadas por profissionais da segurança privada, que precisam ser aprovados em um curso de formação autorizado e fiscalizado pela Polícia Federal. Na grade curricular, inclusive, existe a disciplina ‘Legislação Aplicada e Direitos Humanos’. Além disso, a cada dois anos o vigilante é obrigado a fazer sua reciclagem.

Os casos em destaque na imprensa não representam o modo profissional como a atividade de segurança privada é desenvolvida em todo o País. Além disso, a Fenavist e outras entidades ligadas ao segmento atuam de forma constante para aprimorar e capacitar a atuação dos profissionais.

Toda essa situação reforça a importância da aprovação do Estatuto da Segurança Privada, em tramita-

ção há mais de uma década no Congresso Nacional e parado no Senado, o projeto de Lei vai atualizar e modernizar a Lei nº 7.102/83, que há 38 anos regulamentava o setor da segurança privada no Brasil.

A nova legislação trará inovações importantes para esse setor que é complementar ao da segurança pública e estabelecerá um regime jurídico mais seguro para as empresas formais, uma vez que o texto criminaliza e pune com maior rigor a prestação de serviço de segurança privada clandestina. Há ainda a questão econômica. Segundo estimativas, a ampliação do mercado da segurança privada pode gerar aproximadamente 150 mil novos empregos seis meses após a aprovação da nova lei.

Também é preciso destacar que, antes mesmo do caso do Rio Grande do Sul, no final do ano passado, a Federação já trabalhava em uma parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares e o Movimento AR. O objetivo é estabelecer estratégias para que os mais de 500 mil vigilantes que atuam nas empresas formais tenham uma ação contra o racismo e a discriminação, com o aprofundamento do tema e as orientações dadas, já ensinadas de forma exemplar nos cursos de formação.

O selo “Segurança sem Preconceito” já foi totalmente formatado e seu lançamento acontecerá em breve. Ele será concedido às empresas que trabalharem em ações contra o preconceito e a discriminação, além de buscar atitude ativa no combate a essas ações. Ele deverá expressar a marca de todo um setor na busca de uma equidade social mais humanizada com liberdade e justiça para todos.

A Cartilha “Segurança sem Preconceito” também está em fase de finalização. O documento apresentará informações importantes sobre questões de raça, gênero e outras minorias, bem como orientações sobre a forma correta de fazer a abordagem em situações delicadas.



# Sindesp-PR reelege Alfredo Ibiapina para o cargo de presidente da entidade

*Sindicato tem se destacado por ações sociais*

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) elegeu a diretoria que irá comandar a entidade até 2026. Em virtude do excelente trabalho desenvolvido, o atual presidente Alfredo Ibiapina foi reeleito para comandar as ações do Sindesp-PR nos próximos cinco anos.

Além de Ibiapina, a nova diretoria é composta do vice-presidente, Fernando Henrique Ribas. Maria Francisca Romanó é a diretora financeira. Cledemar Antonio Mazzochin exercerá o cargo de secretário. Leandro Meneghini e Ciro Almeida de Souza serão os suplentes. No conselho fiscal estarão Jeferson Furlan Nazário, Dilmo Berger e Tacio Neves de Miranda. Eles terão como suplentes Francisco Lopes Aguiar, Ricardo de Andrade Xavier e Fernando Hernandes Junior.



A nova diretoria, além das diversas e essenciais ações em prol do segmento, também manterá um outro foco muito importante do sindicato: a ação social.

Com o frio rigoroso registrado neste inverno, que teve recordes de temperaturas negativas em todo o estado, o Sindesp-PR deu continuidade à campanha que arrecada roupas, cobertores e outros itens essenciais que são destinados às famílias carentes.

Foram recebidas nos últimos meses doações da empresa Securpro e de voluntários. As doações são entregues pela própria equipe do sindicato às famílias carentes da região onde a entidade está localizada.

O sindicato também doou uniformes que recebeu da Securpro e outros itens arrecadados para famílias de Piraquara, atingidas pela enchente na região metropolitana em março.

Uma outra ação que merece destaque, mesmo não tendo impacto direto sobre a população, mas fundamental, é a campanha de destruição de coletes balísticos. A ação é feita anual e gratuitamente. O objetivo é auxiliar as empresas de segurança.

Para mais informações, entrar em contato pelos telefones (41) 3233-6787 e 99838-1269 ou pelo e-mail [executiva@sindesp-pr.org.br](mailto:executiva@sindesp-pr.org.br).

# O FALSO OÁSIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA E A REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA

**Juliano Costa Couto**

Advogado Mestre em Direito Constitucional e Consultor Jurídico da Fenavist

É inegável e incontroverso que o sistema tributário brasileiro é um dos mais complexos – e caros – do mundo, como bem já afirmou, em 2019, o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), hoje extinto. Próximos de nós em ‘tristeza tributária’ estão Colômbia, Egito e Zimbábue, a título de exemplo. Segundo o grupo Doing Business do Banco Mundial (2018), em nenhum país do mundo as empresas perdem tanto tempo com a burocracia tributária como no Brasil. Aqui gastam-se, em média, 1.500 horas por ano, enquanto no país líder, Suíça, o gasto é de 63 horas<sup>1</sup>.

Diante desse quadro caótico, qualquer ideia e/ou hipótese de ‘reforma’ e/ou de mudança tende a projetar o sentimento de avanço, com perspectivas de melhoras, até mesmo porque pior do que está não fica. Infelizmente não é esse quadro de agora, vivenciado pelas “propostas” de reforma tributária do atual governo.

As principais propostas legislativas em debate hoje no Congresso são o PL 3.887/2020, que prevê a



criação da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) que substituirá os tributos PIS/Pasep e Cofins. A CBS se diz inspirada nos modernos modelos internacionais de Imposto de Valor Agregado (IVA) de tributação uniforme do consumo. O outro projeto é o PL 2.337/2021 que, no discurso do governo<sup>2</sup>, “traz avanços na tributação sobre a renda de famílias e empresas. A mudança corrige distorções, reduz privilégios, diminui a cobrança de imposto de renda dos trabalhadores, estimula o investimento nas empresas e racionaliza a tributação de várias aplicações financeiras para beneficiar os pequenos investidores”. Além desses PL’s, tramitam também no Congresso as PEC’s 45 e 110, com previsão de unificação de tributos, mas cujo ambiente para sua aprovação está bem enfraquecido, fazendo com que o governo priorize as reformas infraconstitucionais.

Além da questão da exagerada burocracia e complexidade, temos ainda que o Brasil é um dos países com a mais alta carga tributária do mundo, ocupando o 14º lugar no ranking<sup>3</sup>, o maior da América Latina. Tal quadro faz com que o país dos sonhos, além de racionalizar as operações tributárias, também as diminua. No entanto, convenhamos que, em uma república federativa, com federalismo orgânico e mais de 5.000 municípios, essa tarefa não é fácil.

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria>.

<sup>3</sup> <https://andrebona.com.br/voce-sabe-quais-sao-os-paises-que-mais-cobram-impostos-no-mundo/>

<sup>1</sup> <https://www.sigalei.com.br/blog/reforma-tributaria-no-brasil>

De maneira geral, a percepção do setor produtivo e dos meios jurídicos especializados é de que as propostas aqui analisadas não trazem os necessários avanços. No dia 24/8/2021 tornou-se público o 3º. Manifesto contra a reforma tributária, que reuniu mais de 60 entidades. O primeiro e o segundo já haviam unido mais de 70<sup>4</sup>.

Importante registrar que a ideia de tributar os lucros e dividendos não é novidade. Até o ano de 1995 os lucros e dividendos eram tributados no Brasil na alíquota de 15%, até que entrou em vigor a Lei nº 9.249/95. Outros projetos já foram iniciados ao longo dos anos e nenhum deles até agora obteve sucesso, como é o caso da PL 3007/2008 e a PL 1619/2011, que também possuem previsão de tributar lucros e dividendos.

A ideia de tributar lucros e dividendos se apoia no argumento de que o sistema tributário brasileiro seria injusto com os mais pobres, pois ele é baseado em impostos indiretos. Isso significa que, quanto aos impostos que incidem sobre os produtos, ou seja, independentemente da renda, o mais pobre e o mais rico pagam a mesma carga de tributo quando compram o mesmo produto.

A tributação dos lucros e dividendos tem como base a tributação direta, que incide diretamente sobre a renda de uma pessoa, quanto maior a renda, maior o tributo, afastando-se possíveis injustiças. Além disso, o Brasil é um dos poucos do mundo que não tributam os dividendos, segundo a Tax Foundation<sup>5</sup>.

A explicação ou justificativa vem desde 1995, quando entrou em vigor a Lei nº 9.249/95 que, majorando a alíquota de IRPJ, gerou uma antecipação do seu recebimento por parte do 'Leão', que não precisava mais "aguardar" a distribuição dos lucros por parte das empresas.

Da proposta da reforma do IR, temos como posi-

4 <https://www.conjur.com.br/2021-ago-24/manifesto-reforma-tributaria-guedes-reune-62-entidades>

5 <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/07/por-que-o-brasil-e-um-dos-poucos-paises-do-mundo-que-nao-tributa-dividendos/>

tiva a ideia da atualização das faixas de isenção de IRPF, muitíssimo defasadas. Em 1996, a isenção do tributo beneficiava quem recebia até nove salários mínimos – relação que caiu para dois salários mínimos em 2018, chegando a 1,73 em 2021<sup>6</sup>. Cabe registrar que a atualização das faixas foi promessa de Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018.

Outro ponto tido como positivo é a possibilidade de atualização dos valores dos bens declarados no imposto de renda, com o pagamento do imposto de 4%, afastando-se a incidência da alíquota de ganho de capital de 15% a partir de valores históricos, marcante injustiça.

Dentre as muitas críticas ao projeto, destaca-se o entendimento de que a proposta tende a ensejar estímulo à sonegação, com distribuição disfarçada de lucros e/ou aumento artificial de custos, além da ausência dos necessários debates sobre o tema que, além de complexo, interfere diretamente na vida de milhões de brasileiros.

Outro ponto da norma tido como negativo é a limitação de renda até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) anuais para que seja permitida a utilização da declaração de imposto de renda de forma simplificada, ou seja, quando as despesas são abatidas da base de cálculo de forma presumida. Há uma compreensão de marcantes prejuízos, com maior oneração para grande parte da classe média.

Assim sendo, como visto, temos que esses projetos, em especial o que trata das mudanças no imposto de renda, estão em descompasso com os anseios do setor produtivo, não representando avanços nem modernização do sistema tributário brasileiro, deixando clara apenas a sanha arrecadatória do Estado, que não dá as devidas contrapartidas. Nessa linha, a Fenavist está atenta aos trâmites dos projetos e os monitorando, trabalhando em prol dos anseios de seus representados.

6 <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2021/noticia/2021/02/19/tabela-do-ir-acumula-defasagem-de-113percent-saiba-quanto-seria-o-imposto-com-correcao.ghtml>





# Informação Segura



## **APLICAÇÃO DE JUSTA CAUSA PARA O EMPREGADO QUE RECUSA VACINA**

É certo que as empresas devem divulgar informações sobre as medidas protetivas para conter os riscos de contágio pelo vírus e elaborar programas de conscientização sobre a vacinação contra a Covid-19. No entanto, o interesse particular do empregado não pode prevalecer sobre o interesse coletivo. Ao deixar de tomar a vacina, o empregado coloca em risco não só a sua integridade física, como também a saúde dos demais funcionários ou clientes.

Com esse entendimento, os Tribunais Regionais do Trabalho têm declarado a validade da dispensa por justa causa de empregado que se nega a tomar vacina. O entendimento firmado é no sentido de que a necessidade de proteção da saúde de todos os trabalhadores deve se sobrepor ao direito individual de se abster da imunização.

Como a vacinação é medida urgente para proteger a população e assegurar o retorno das atividades normais da sociedade, a vacinação obrigatória é conduta legítima. Frise-se que o Ministério Público do Trabalho de diversas regiões concordou com esse entendimento.

## **ADI 6050 QUE VERSA SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DA TARIFAÇÃO DO DANO MORAL PAUTADA PARA O DIA 20/10/2021 NO STF**

A ausência de critérios objetivos e o alto nível de discricionariedade conferidos ao magistrado na fixação judicial das indenizações trazem insegurança jurídica, lesando a isonomia de tratamento que deve ser dada a todos os cidadãos. O art. 223-G,

da CLT, fixa teto mínimo e teto máximo na estimativa do quantum da reparação do dano moral, o que constitui medida válida para coibir abusos e excessos.

Nota-se que o balizamento de indenizações por dano moral não viola, mas concretiza o princípio da isonomia, na medida em que norteia a atuação jurisdicional e reduz potencialmente os graus de discrepância entre sentenças a solucionar casos semelhantes. A inexistência de quaisquer balizas para indenizações por dano moral provou-se completamente inviável, uma vez que as discrepâncias se avolumaram na jurisprudência dos órgãos jurisdicionais do País.

Seja para quem paga, seja para quem recebe, a indenização por danos morais deve ser foco de significativa discussão, pois pode traduzir prejuízo irreparável e imprevisível. E exatamente por se tratar de discussão que merece atenção é que a Fenavist solicitou ingresso na qualidade de amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6050, a qual será em breve julgada, para que seja julgado CONSTITUCIONAL o art. 223-G, §1º, incisos I, II, III e IV da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, que limita os valores de danos morais em:

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

- I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;
- II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;
- III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

### **NEGOCIADO x LEGISLADO – STF RETOMA JULGAMENTO ACERCA DA VALIDADE DE NORMA COLETIVA QUE RESTRINGE DIREITOS TRABALHISTAS NÃO DELIMITADOS CONSTITUCIONALMENTE**

O STF retomou no dia 4/8/2021) o julgamento do ARE 1.121.633, o qual discute a validade de norma coletiva que restringe direitos trabalhistas não delimitados constitucionalmente – o conhecido negociado sobre o legislado. No caso em exame, trata-se de instrumento coletivo de trabalho, anterior à Lei nº 13.467/2017, que definiu, entre diversas cláusulas, a supressão do pagamento de horas in itinere, o que tinha sido considerado irregular pelo TST. Foi reconhecida a repercussão geral da matéria em debate (Tema 1.046), tendo o relator, ministro Gilmar Mendes, proposto a revisão das teses firmadas nos Temas de repercussão geral nº 357 e 762.

Outro processo que diz respeito à prevalência do negociado sobre o legislado é a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 381, pautado para julgamento conjunto com o ARE 1.121.633. Nessa ADPF, discute-se o descumprimento de preceitos constitucionais por decisões que declararam inválidos dispositivos de convenções coletivas pactuadas entre transportadoras e motoristas. Essas cláusulas afastavam a realização de controle de jornada por motoristas em atividade externa.

Nessa ADPF, o relator, ministro Gilmar Mendes, considerou que a matéria em debate é a mesma constante no Tema 1.046 de repercussão geral (ARE 1.121.633). Dessa forma, por ter sido decretada a suspensão nacional dos processos relativos ao Tema 1.046, foi concedida na ADPF medida cautelar para determinar à Justiça do Trabalho a suspensão de todos os processos que versem so-

bre a validade de norma coletiva que restrinja ou limite direitos trabalhistas não constitucionalmente previstos.

Importante lembrar que a reforma trabalhista explicitou nos arts. 611-A e 611-B, da CLT, a prevalência do negociado sobre o legislado, respeitados os limites constitucionais. No momento, aguarda-se a disponibilização do resultado final do julgamento iniciado em 4/8/2021.

### **PORTARIA Nº 6-CGCSP/DIREX/PF – INCLUSÃO DE MODALIDADE DE ENSINO SEMIPRESENCIAL NAS EMPRESAS DE CURSO DE FORMAÇÃO**

A Portaria nº 6-CGCSP/DIREX/PF dispõe sobre a modalidade de ensino semipresencial nas empresas de curso de formação. A norma foi publicada para disciplinar a modalidade de ensino semipresencial para as disciplinas teóricas em virtude (i) da situação de pandemia enfrentada; (ii) da importância de empregar novas tecnologias na educação; (iii) do emprego universal do ensino a distância de forma exitosa.

Em síntese, a norma versa que a modalidade de ensino semipresencial não tem o condão de substituir o ensino presencial, facultando-se às empresas de curso de formação a adoção do ensino a distância. Para tanto, todas as disciplinas do Curso de Formação de Vigilante e do Curso de Reciclagem poderão ser ministradas integralmente na modalidade a distância, exceto: Defesa Pessoal, Educação física, Armamento e Tiro, Prevenção e Combate a Incêndio, Primeiros Socorros, Radiocomunicações e Uso Progressivo da Força.

Ressalta-se que as avaliações de aprendizagem de todas as disciplinas deverão ser realizadas presencialmente. As empresas de curso de formação que adotarem o ensino semipresencial deverão disponibilizar sala de videoconferência em suas dependências, a fim de permitir aos alunos que não



possuam acesso à internet assistir às aulas virtuais ao vivo, fornecendo material de apoio impresso. Ressalta-se que, para os cursos de formação que adotarem esse perfil de ensino, terão custos com a disponibilização do espaço que inevitavelmente serão repassados também às empresas de segurança.

Em linhas gerais, o jurídico da Fenavist entende que a Portaria nº 6-CGCSP/DIREX/PF responde a uma tendência à virtualização, sobretudo porque a atividade de segurança privada é complementar à de segurança pública, de modo que os vigilantes necessitam da especialização e reciclagem para o regular exercício da função. No entanto, entende que o ensino semipresencial não responde, em sua completude, aos anseios do setor, sobretudo quando se leva em consideração que essa modalidade poderá onerar, em muito, as Escolas de Formação e, de maneira reflexa, as empresas de segurança.

### **ESCOLAS DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES - DIFICULDADE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E RECARGAS DE MUNIÇÕES**

Atualmente, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) é a única fornecedora dos insumos e recargas de munições no Brasil. Desde o final do ano de 2020, apareceram dificuldades inexplicáveis para a aquisição desses produtos, o que vem afetando diretamente as Escolas de Formação e Reciclagem de Vigilantes em todo território nacional, que viabilizam os cursos de reciclagem dos vigilantes, obrigatório e indispensável para que possam exercer sua profissão, e no qual está incluída uma obrigatória bateria de disparos.

Devido à posição de monopolista neste mercado, a CBC, além de ter aumentado significativamente o prazo de entrega desses materiais, tem colocado restrições em seu fornecimento de componentes de munição para recarga, com a provável diminuição da disponibilidade e elevado os valores dos insumos.

Por essas razões, a Fenavist em conjunto com o jurídico, solicitou (i) audiência com o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, o ministro Ciro Nogueira; (ii) audiência com o ministro da Defesa, o ministro Walter Sousa Braga Neto; (iii) reunião com o diretor comercial e de Marketing da CBC, Paulo Ricardo Gomes. Esses requerimentos foram realizados a fim de se discutir e encontrar meios para a resolver a situação atualmente vivenciada.

### **ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 611.510/2010 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

O Plenário do e.Supremo Tribunal Federal, no RE 611.510/2010, decidiu que “a imunidade tributária assegurada aos partidos políticos e suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos alcança o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)”.

O efeito estritamente jurídico da decisão se estende apenas dentro do âmbito judicial, obrigando apenas às Cortes regionais, seccionárias e federais a seguirem a tese firmada com o julgamento do Tema 328. No entanto, não há empecilho ao Poder Executivo que acolha a decisão tomada pelo STF, devendo cada entidade, em caso contrário, buscar seus direitos perante o Judiciário.

**\*CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Gabriel Branco, Oscar Karnal e Juliano Costa Couto.**



## Presidente do Sindesp-TO participa do Movimento Unidos pela Vacina

**Iniciativa ajuda municípios do Tocantins com kits para imunização contra a Covid -19**

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Transporte de Valores de Cursos e Formação e de Segurança Eletrônica do Estado do Tocantins (Sindesp-TO), Joseph Madeira, integra o Movimento Unidos pela Vacina, ação da sociedade civil que reúne centenas de entidades, empresas, associações e ONGs, unidas por um único propósito: tornar viável vacinar todos os brasileiros. O Movimento é coordenado nacionalmente pela empresária Luiza Trajano, presidente do Conselho do Magazine Luiza.

“Mapeamos as necessidades de cada município por meio de pesquisas. Buscamos parcerias, entre elas com a Associação Tocantinense de Municípios e BRK Ambiental, entre outras. Assim, demos um salto significativo no desenvolvimento dessa campanha e a estamos encerrando com chave de ouro”, destaca.

Amadrinhados pela empresa BRK Ambiental, municípios do Tocantins receberam kits que devem contribuir com a vacinação contra a Covid-19, resultado das articulações nacionais e locais do movimento Unidos Pela Vacina. A entrega simbólica dos primeiros kits ocorreu em julho, na sede da empresa em Palmas. Ao todo foram doados 1.860 itens que atenderão a 57 secretarias de saúde como termômetros, caixas térmicas e caixas para descarte de objetos perfurocortantes (descarpacks).

Relmivam Milhomem, secretário de Saúde de Gurupi, diz que alguns desses materiais são ainda de difícil acesso na região e pela alta procura, neste



momento, possuem preços elevados para aquisição. “Neste momento de pandemia, tudo aquilo que é necessário para atender à população no que diz respeito à Covid-19 está com valor elevado, por isso vemos de uma forma muito positiva o movimento da Acipa, BRK e dos demais parceiros nesse projeto se preocupando em ofertar esses itens aos municípios. É bom para o município, para a gestão e, principalmente, para a comunidade, que vai poder ser bem assistida. Essa ação acelera a chegada da vacina de forma segura às famílias tocantinenses”, diz.

Além do presidente do Sindesp-TO, Joseph Madeira, e do diretor financeiro da BRK Ambiental, Rogério Silva, estiveram presentes e são parceiros da ação no Tocantins a representante do Grupo Mulheres do Brasil, Valéria Mota; o presidente da Associação Tocantinense de Municípios e prefeito de Talismã, Diogo Borges; o presidente do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins e secretário de Saúde de Caseara, Rondinelly Sousa; o secretário de Saúde de Gurupi, Relmivam Milhomem; e a secretária de Saúde de Porto Nacional, Lorena Martins.



## Anuário Brasileiro de Segurança Pública

A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2021, desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível para download em seu site. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública.

A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da segurança pública brasileira.

Pelo segundo ano consecutivo, os dados da segurança privada brasileira são um dos destaques do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. As informações referentes ao segmento de segurança privada foram analisadas em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Boa leitura!

Acesse [www.bibliotecadeseguranca.com.br](http://www.bibliotecadeseguranca.com.br) e tenha acesso a mais de 3.000 títulos já publicados.

## SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa  
São Paulo-SP, CEP: 02512-000  
Telefone: (11) 2537-8301  
E-mail: adm@semeesp.com.br  
Presidente: Autair Iuga

## SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa  
São Paulo-SP, CEP: 02512-000  
Telefone: (11) 3858-7360  
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br  
Presidente: João Eliezer Palhuca

## SINDESP/AC

Endereço: AV. Nações Unidas N° 175 Sala 05 – Bosque – Rio Branco/AC – CEP: 69900-721  
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com  
Presidente: Carlos Eduardo Lobato Frota

## SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda n° 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140  
Telefone: (82) 3326-1325  
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br  
Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

## SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060  
Telefone: (92) 3613-1213  
E-mail: sindespam@sindespam.com.br  
Presidente: José Pacheco Ferreira

## SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, n° 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP  
Telefone: (96) 2101-3308  
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com  
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

## SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, n° 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020  
Telefone: (71) 3450-0411/0563  
E-mail: sindespba@terra.com.br  
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

## SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150  
Telefone: (85) 3244-5599  
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br  
Presidente: Urubatan Estevam Romero

## SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300  
Telefone: (61) 3233-9922/8338  
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br  
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

## SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657  
Telefone: (27) 3325-5025  
E-mail: sindespadm@terra.com.br  
Presidente: Edimar Barbosa

## SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros n° 128 Qd. 248 Lts 12/14/15 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210  
Telefone: (62) 3218-5946/5174  
E-mail: sindespgoias@uol.com.br  
Presidente: Ivan Hermano Filho

## SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA CEP: 65020-251  
Telefone: (98) 3221-4557  
E-mail: sindespma@bol.com.br  
Presidente: Domingos Alcântara Gomes

## SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170  
Telefone: (31) 3327-5300  
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br  
Presidente: Edson Pinto Neto

## SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200  
Telefone: (65) 3027-6607/3607  
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br  
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

## SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá, Belém-PA, CEP: 66073-000  
Telefone: (91) 3246-3436  
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br  
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

## SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000  
Telefone: (83) 3241-6466/6489  
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com  
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

## SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000  
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032  
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br  
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

## SINDESP/PI

Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI  
Telefone: (86) 99416-3677  
E-mail: sindesp.pi@outlook.com  
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

## SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, n° 1416 – Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290  
Telefone: (41) 3233-6880  
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br  
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

## SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240  
Telefone: (21) 2293-4354  
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br  
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

## SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN CEP: 59078-400  
Telefone: (84) 3217-0476  
E-mail: sindesprn@hotmail.com  
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

## SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO CEP: 76828-870  
Telefone: (69) 3229-0315  
E-mail: sindespro\_sindesp@hotmail.com  
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

## SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS CEP: 90150-004  
Telefone: (51) 3233-7172/9744  
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br  
Presidente: Silvío Renato Medeiros Pires

## SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020  
Telefone: (48) 3223-1678/1393  
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br  
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

## SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133  
Telefone: (79) 3231-5971  
E-mail: sindesp-se@infonet.com.br  
Presidente: Sandro Ataíde Moura

## SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476  
Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593  
E-mail: sindespto@uol.com.br  
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

## SINDESP/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jóquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450  
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307  
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br  
Presidente: Amílto José do Pilar

## SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000  
Telefone: (54) 3268-6555  
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com  
Presidente: Gilberto Perera

## SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, n° 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020  
Telefone: (95) 3198-2203  
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



### • 41ª Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

Houve no dia 24 de agosto a 41ª Reunião da Diretoria Executiva da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). O encontro virtual, comandado pelo presidente da entidade, Jeferson Nazário, abordou temas como o Estatuto da Segurança Privada e das instituições financeiras (SCD nº 6, de 2016, ao PLS 135 de 2010) e a Reforma Tributária.

Informações sobre as mais recentes inovações jurídicas, questões econômicas e a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados pela Fenavist também foram temas discutidos. As opiniões da mídia sobre os últimos casos de violência envolvendo segurança irregular e ações da Federação Mundial de Segurança (World Security Federation) também fizeram parte das discussões.



### • Fenavist participa de café da manhã com o senador e ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira

Na manhã do dia 3 de junho, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, participou de um café da manhã com o então senador (nomeado pouco tempo depois para o cargo de ministro da

Casa Civil) e presidente Nacional do PP, Ciro Nogueira, e com o vereador de São Paulo, Arnaldo Faria de Sá (PP), organizador do evento, para discutir o trâmite do Estatuto da Segurança Privada.

O presidente da Fenavist esteve acompanhado dos representantes de outras importantes entidades do segmento, como SESVESP, ABSEG, FETRAVESP, ABTV, ABCFAV e Abrevis. No encontro, além de abordar a necessidade e a importância da aprovação do Estatuto, os participantes também trataram de outras matérias de interesse do setor.

### • Fenavist participa da instalação do Centro de Estudos e Pesquisas em Igualdade, Segurança e Justiça Racial

No último dia 31 de julho, o vice-presidente nacional da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) representou a entidade na conferência de Instalação do Centro de Estudos e Pesquisas em Igualdade, Segurança e Justiça Racial. Responsável pelo evento, o reitor José Vicente, da Universidade Zumbi dos Palmares, recebeu a visita do presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, que participou da conferência.

O Centro de Estudos e Pesquisas em Igualdade, Segurança e Justiça Racial tem como objetivo orientar e realizar debates e estudos sobre o estabelecimento de políticas públicas e privadas antirracistas e de promoção da igualdade racial no âmbito da segurança pública e privada e da justiça.

O Centro é integrado por oito ex-ministros: Luiz Carlos Bresser Pereira/Fazenda (1987), Administração Federal e Reforma do Estado (95-98) e Ciência e Tecnologia (99); Cristovam Buarque/Educação (2003-2004); Aldo Rebelo/Ciência e Tecnologia (2015) e Defesa (2015-16); Raul Jungmann/Desenvolvimento Agrário (99-

2002), Defesa (2016-2018) e Segurança Pública (2018); José Henrique Paim/Educação (2014-2015); José Eduardo Cardoso/Justiça (2011); Edson Santos/Igualdade Racial (2008-2010); Eloi Ferreira/Igualdade Racial (2010-2011) e Luis Inácio Adams/Advocacia Geral da União (93-2017).

Vale ressaltar que a Fenavist é parceira da Universidade Zumbi dos Palmares na campanha "Segurança sem Preconceito". A campanha é composta de uma série de ações para o aperfeiçoamento do setor no que diz respeito às questões de discriminação.



### • Fenavist discute Reforma Tributária com o presidente da Câmara dos Deputados

O vice-presidente nacional da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (Abrevis), José Jacobson Neto, participou, no dia 15 de junho, a convite do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do deputado federal Laércio Oliveira (PP-SE), de reunião para discutir a Reforma Tributária.

O encontro, que ocorreu na Residência Oficial do presidente da Câmara dos Deputados, contou com a participação de várias entidades que, juntas, representam cerca de 11 milhões de empregos, dos quais 600 mil apenas setor da segurança privada. O centro das discussões foi a forma de tributação para o setor de serviços. Ficou evidente a preocupação com a possibilidade de aumento nos tributos e os impactos da reforma tributária sobre o setor produtivo, o que geraria desemprego.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que não há motivos para preocupação. Segundo ele, nas deliberações feitas até o momento tem-se uma grande preocupação com a geração de empregos no País, e está descartada a possibilidade de usar a mesma alíquota para serviços e indústria.

### • Jurídicos da Fenavist e dos sindicatos voltam a se reunir

Foi realizada no dia 27 de agosto uma nova reunião entre os integrantes do departamento jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e os advogados responsáveis pelos sindicatos estaduais. A reunião virtual foi coordenada pelo vice-presidente para Assuntos Jurídicos da Fenavist, Jacymar Daffini.



Entre os assuntos debatidos: ADPF 323; negociado sobre legislado; quantificação do dano moral; a volta do Ministério do Trabalho e Previdência; os quatro anos da reforma trabalhista e negociações coletivas.

O novo portal nacional de Licitações Públicas; Reforma Tributária e Sicomércio foram outros temas a receberem destaque.

### Sindesp-RO e SESMT, um caso de sucesso

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia (Sindesp-RO) comemora dois anos e sete meses da criação e implantação do SESMT Comum, um projeto pioneiro no setor e que se tornou um grande caso de sucesso, o que é comprovado pela dimensão e pelo reconhecimento alcançado entre os usuários.

“A cada dia, temos a certeza de que novos desafios virão e que iremos superá-los, o que nos contagia e nos impulsiona rumo à transformação e à quebra de paradigmas, com plena consciência de que fazer Segurança do Trabalho, de forma preventiva, é a vocação da equipe. Logo, nada disso seria possível se o SESMT Comum não tivesse um time de profissionais altamente qualificado, capaz de construir um ambiente de sólida conscientização em segurança preventiva”, afirma o presidente do Sindesp-RO, Francisco de Assis Fonseca.

O Sindesp-RO e as empresas associadas acreditam que, juntos, podem muito mais. “Obrigado, empresários da segurança privada de Rondônia, por acreditarem na Diretoria do Sindesp-RO e abraçar seus projetos”, conclui Fonseca.



### Sindesp-RJ completa 35 anos

Em 2021, o Sindicato das Empresas de Segurança do Rio de Janeiro (Sindesp-RJ) completa 35 anos de atuação. Durante todo esse tempo, o Sindicato se mantém firme no propósito de melhorar, continuamente, a qualidade dos serviços oferecidos às empresas associadas.

O presidente, diretores e toda a equipe do Sindesp-RJ lutam e se dedicam à defesa dos interesses dos empresários do segmento, buscando aumentar

sua representatividade e visando conquistar total integração com a Polícia Federal, o poder Público e a sociedade civil.

Por tudo isso, o Sindesp-RJ se orgulha de vir cumprindo, desde a sua criação, os fundamentos de seu estatuto e reafirma seu compromisso de trabalhar e lutar em favor do crescimento e fortalecimento da categoria, por intermédio do apoio total e irrestrito às empresas de segurança privada do estado do Rio de Janeiro.

Dotada de toda infraestrutura, a sede do Sindicato (Avenida Paulo de Frontin, 383, Rio Comprido-RJ) oferece segurança e conforto para abrigar eventos de alto nível.

Os espaços disponíveis são: auditório com equipamentos de áudio e vídeo, telão, iluminação e ar-condicionado, sala de reuniões, estacionamento e um aprazível espaço gourmet com capacidade para receber mais de 100 pessoas, com cobertura retrátil, churrasqueira e cozinha equipada.

As empresas associadas podem utilizar, gratuitamente, os espaços físicos da sede para realização de eventos corporativos como cursos, palestras, reuniões, assembleias, treinamentos, formaturas, seminários, workshops, confraternizações etc.

O Sindesp-RJ atua ao lado da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transportes de Valores (Fenavist) e dos outros sindicatos estaduais para defender os interesses do segmento da segurança privada em todo o Brasil.

Para saber mais sobre a entidade, acesse [www.sindesprj.com.br](http://www.sindesprj.com.br) ou visite as redes sociais do sindicato [facebook.com/sindesprj](https://facebook.com/sindesprj) e [@sindesprj](https://instagram.com/sindesprj).





### Instituto que conta com a participação do Sindesp-SC oferece capacitações gratuitas para o setor de serviços

O Instituto Catarinense de Educação Profissional (ICAEPS), que tem o Sindesp-SC como uma de suas entidades instituidoras e mantenedoras, promove atividades segmentadas e publicações que servem de base para que empresas e colaboradores do setor de serviços se atualizem nas mais diversas áreas de atuação.

“O ICAEPS tem se consolidado como grande fomentador do conhecimento e da capacitação na área de terceirização, especialmente asseio, conservação, serviços terceirizados e segurança privada. Oferecemos cursos, palestras e publicações com a missão de profissionalizar cada vez mais a mão de obra e entregar à sociedade serviços de melhor qualidade”, exalta o presidente do Instituto, Evandro Fortunato Linhares.

A entidade conta com um assessor técnico especialista em segurança privada, o professor Joneval Almeida, responsável pela curadoria dos cursos promovidos. Para o segundo semestre, uma série de atividades on-line está agendada. São diversos treinamentos de alta qualidade, com ao menos um evento mensal gratuito na área de segurança.

“Gestão em Segurança Privada”, “LGPD na Segurança Corporativa”, “Estatuto da Segurança Privada, mudanças à vista?” e “Vigilante ou Segurança Eletrônico? O que quer o mercado?” são alguns encontros gratuitos programados ainda para essa temporada.

Os profissionais podem se cadastrar previamente pelos canais de comunicação do Sindesp-SC ou ICAEPS, receber a agenda atualizada e realizar inscrições para os eventos.

**Qualificação Profissional em Prestação de Serviços é com o ICAEPS**

O ICAEPS oferece capacitação para o segmento de prestação de serviços, através de cursos, palestras, treinamentos, seminários, parcerias estratégicas para captação de recursos, entre outras atividades, visando a qualificação e formação de mão de obra de qualidade para o mercado catarinense.

Acesse nosso site e conheça as novidades em cursos e treinamentos que preparamos para você.

**ICAEPS**  
Instituto Catarinense de Educação Profissional  
Conheça mais: [www.icaeps.com.br](http://www.icaeps.com.br)

Conheça nossos novos cursos EoD.

### Sindesp-MG lança série de lives no Instagram

O Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG) lançou recentemente uma série de lives no Instagram da entidade (@sindespmg). O objetivo é discutir temas ligados ao mundo dos negócios. As entrevistas serão realizadas mensalmente pela equipe de comunicação do Sindesp-MG.

A primeira live “A sobrevivência e evolução das empresas” aconteceu no dia 24 de agosto. A jornalista do Sindicato, Flávia Presoti, bateu um papo muito interessante com a gestora de Marketing e Vendas, professora de MBA em inovação, Carolina Lima. O tema central da conversa girou em torno da ética, como filosofia e consciência moral, essencial à vida em todos os aspectos, pessoal, familiar, social ou profissional.

Na visão de Caroline Lima, assim como na de profissionais e pessoas, dependendo de como nos comportamos, por exemplo, em nossas relações de trabalho, podemos estar colocando seriamente em risco nossa reputação, a da empresa e o sucesso nos negócios.

E, se você perdeu, não fique preocupado. Todas as conversas ficam salvas nas redes sociais do Sindesp-MG, basta visitar o Instagram @sindespmg. Não desperdice essa oportunidade.

**Live Sindesp-MG**

**A Sobrevivência e Evolução das Empresas**  
A influência da conduta ética na política empresarial

**NOVA DATA**  
Terça-feira 24 AGO  
19:00 H

ENTREVISTADA  
CAROLINA LIMA

ENTREVISTADA  
FLÁVIA PRESOTI

@sindespmg  
LIVE PELO INSTAGRAM

Para mais informações  
31 99399-0407

## Sandro Ataíde Moura

### A união do setor é o futuro da segurança privada

Formado em Contabilidade, o empresário Sandro Ataíde Moura, 51 anos, atua no segmento de segurança privada há dez anos, atividade que, para ele, é motivo de muito orgulho. “Sou um homem de origem humilde, que sempre teve vontade de empreender e coragem para fazer o que é certo. Quando iniciei o trabalho da NC Vigilância, sabia que queria ser grande, pensar grande e isso é o que faz com que todos os dias eu acorde e vá trabalhar. Pensar grande nos faz crescer e nossa empresa e equipe vestem-se desse pensamento e trabalham para serem grandes também.”

Fundador do Grupo Novo Conceito, em 1999, que tem a NC Vigilância como “grande braço forte” desde 2011, conta que viu na necessidade do mercado a oportunidade para o desenvolvimento da atividade de segurança privada na empresa. Segundo Sandro Ataíde Moura, com o crescimento do mercado de segurança privada e a franca expansão dos serviços terceirizáveis, houve um aumento na demanda em Sergipe, o que possibilitou a criação da NC Vigilância, que hoje atua também nos estados de Alagoas, Ceará e Pernambuco.

Trabalhando em parceria com os filhos, o empresário destaca a posição de vanguarda da empresa no mercado, “com aplicação de inovações constantes na segurança patrimonial, pessoal e de controle de ambientes”. Norteadora pela identificação das demandas do mercado e necessidades de cada região atendida, a empresa tem se preparado para preencher os espaços e levar um novo conceito de atendimento de segurança privada aos empresários.

Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Sergipe (Sindesp-SE), Sandro Moura se dedica ao desenvolvimento do setor de segurança privada. O empresário é também diretor na Federa-



ção Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Na entidade, se empenha nos pleitos nacionais das empresas do setor.

Defensor da atividade sindical, trabalha por ajustes na legislação para garantia do funcionamento e crescimento do setor, bem como para o combate da atividade irregular, que coloca pessoas e empresas em risco. “Durante minha vida empresarial, percebi a necessidade de ter uma categoria mais forte, com representatividade, com potencialidade de desenvolvimento e crescimento de modo igualitário, não competitivo. Damos nossas vidas para proteger as das pessoas, garantindo a elas o direito de viver em paz, harmonia e sociabilidade, protegendo patrimônios, pessoas, vidas, cumprindo um papel que auxilia na paz social, na manutenção de um estado seguro. Tudo isso conta com a fundamental participação dos sindicatos, de nossa federação (...). Sem a atuação dos sindicatos e nossa federação, não teríamos a solidez empresarial que o setor possui hoje”, afirma.

Para o empresário, a segurança privada é atualmente um dos setores com maior potencial de crescimento, tendo em vista o aumento da população, do número de novos empreendimentos, complexos residenciais e atividades empresariais e, como consequência, da necessidade de proteção patrimonial e dos serviços prestados pelas empresas do segmento. “Nós, como força suplementar e complementar da segurança pública, ajudamos a evitar transtornos para as pessoas, protegendo suas vidas e seu patrimônio.”

## Cilmara Santana Pimentel

### Dedicação ao fortalecimento da segurança privada

Cilmara Santana Pimentel, 32 anos, é advogada e diretora executiva do Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Transporte de Valores de Cursos e Formação e de Segurança Eletrônica do Estado do Tocantins (Sindesp-TO), entidade em que atua desde 2018. Convidada pelo presidente da entidade, Joseph Madeira, para assumir o posto, “não tive dúvida quando aceitei o desafio da missão de assumir a direção do Sindesp-TO, pois vinha desempenhando um trabalho na área jurídica, atuando diretamente em licitações nos órgãos públicos do estado. E fui surpreendida com o convite, para atuar em um segmento totalmente novo, no qual tinha apenas a visão da formalidade dos serviços prestados pelas empresas de segurança privada nos órgãos em que trabalhei”, conta.

Cilmara desenvolve as atividades no sindicato com o objetivo de estreitar a relação com as empresas filiadas, sempre ressaltando a importância da representatividade da entidade sindical para o desenvolvimento e fortalecimento do setor. “É demonstrar força e dar voz às empresas no âmbito estadual e nacional, sempre prezando pela representatividade da classe e valorização do segmento.” A executiva tem ainda o desafio de conquistar novos filiados, na busca por tornar a entidade ainda mais forte e preparada para lutar pelos interesses da segurança privada.

A advogada demonstra orgulho da atividade desenvolvida pelos executivos de entidades de classe. “Vejo os executivos como o verdadeiro alicerce para os sindicatos, pois estamos sempre à frente e atuando nas atividades administrativas, desde o simples funcionamento do prédio até a organização de um evento nacional a ser sediado, sempre prestativos e



disponíveis para assessorar o presidente e os diretores. Precisamos trabalhar em conjunto com o jurídico e contábil, para mantermos a categoria informada de tudo o que está acontecendo na segurança privada.”

Sobre o momento da segurança privada e as perspectivas do setor, a diretora executiva do Sindesp-TO acredita que a pandemia da Covid-19 foi um duro golpe para as empresas, ainda que tenha sido considerada uma atividade essencial desde o início da crise.

A executiva defende, para o crescimento econômico do Brasil em longo prazo, a necessidade de aprovação de uma reforma tributária que possibilite a desoneração da folha de pagamento das empresas do setor de serviços.

A diretora executiva ressalta ainda a importância de aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que trará mudanças significativas para o setor, além de estabelecer um regime jurídico mais seguro para as empresas formais com maior rigor na criminalização e punição dos serviços prestados de forma clandestina. “Com a aprovação, traremos inovações importantes para o setor, a permissão das empresas de se adequarem a novas tecnologias e ferramentas, que irão possibilitar ao segmento ofereçam um serviço de melhor qualidade e com resultados expressivos para toda a sociedade”, conclui.





Fique ligado na nossa  
**Agenda**

---

## SETEMBRO

### DIAS 21 a 23

- Security Showcase Week – ISC Digital Experience

### DIA 23

- 10 às 12h: Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF (on-line)

---

## OUTUBRO

### DIA 1

- 10h às 12h Live Consultoria Jurídica - LGPD

### DIA 19

- 10h às 12h: Reunião da Diretoria da Fenavist, Brasília-DF

### DIA 29

- 9h às 12h: Reunião com os Jurídicos dos Sindesp's, Brasília-DF

---

## NOVEMBRO

### DIA 18

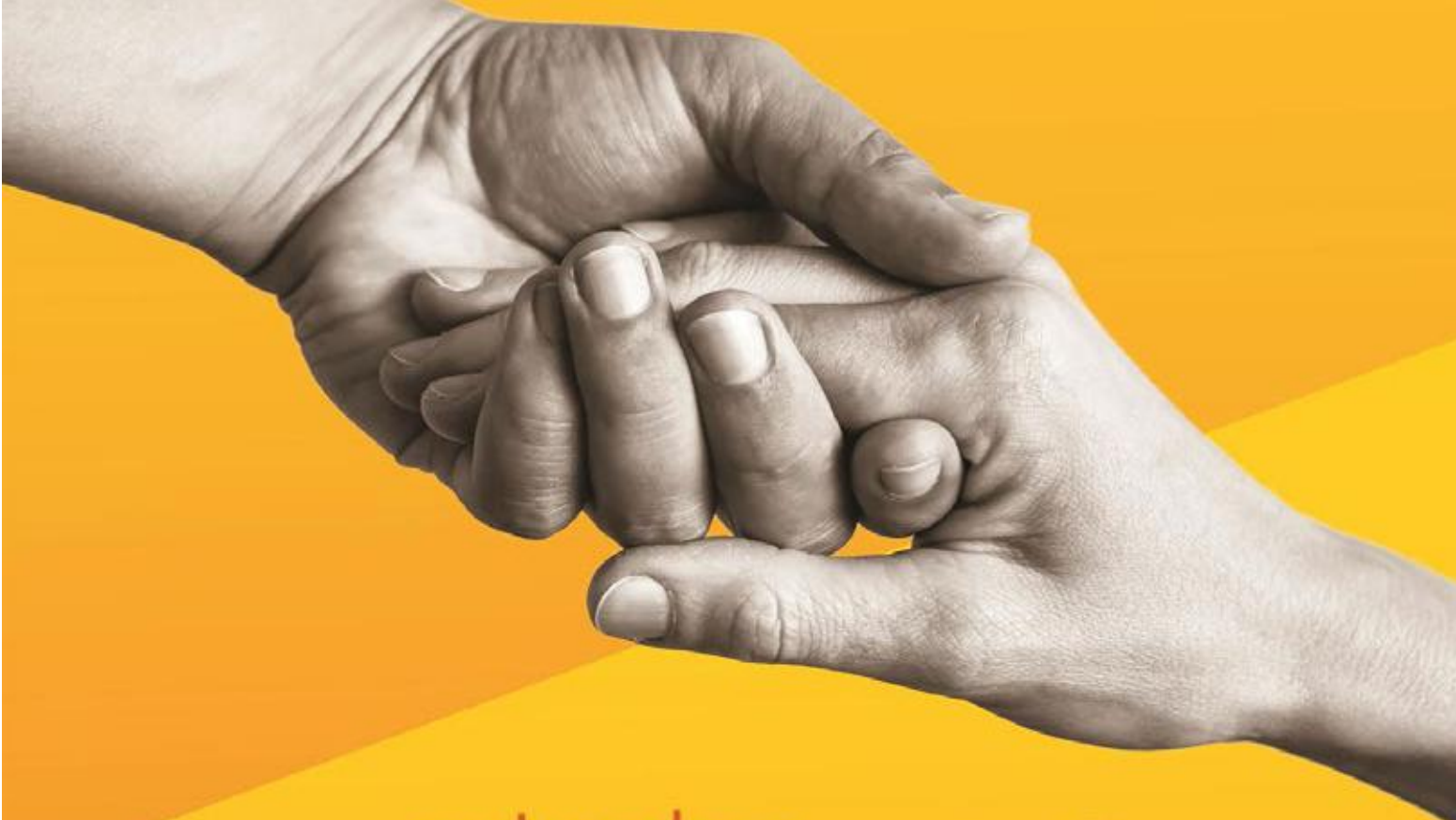
- 11h: Reunião de Diretoria da WSF, Brasília-DF

### DIA 22

- 14h30 às 15h30: Reunião com Conselho Deliberativo do INASEP, Brasília-DF
- 15h30 às 17h30: Reunião com a Diretoria e Parceiros do INASEP, Brasília-DF

### DIA 23

- 10h às 12h: Reunião de Diretoria da Fenavist e AGO (aprovação orçamento 2022), Brasília-DF
-



setembro  
**amarelo**®

*Mês de Prevenção ao Suicídio*

***Agir é salvar vidas!***

**Conheça a campanha em**  
***[www.setembroamarelo.com](http://www.setembroamarelo.com)***

Uma campanha



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA



# CURSOS PARA CAPACITAÇÃO NO SETOR DA **SEGURANÇA PRIVADA**

## **INFORMAÇÕES:**

Emely Rodrigues | 61 3327-5440

**INSCRIÇÕES:** [negocios@inasep.org.br](mailto:negocios@inasep.org.br)



## **Curso Gesp**

Tem como objetivo fomentar o aperfeiçoamento do conhecimento das empresas do setor de segurança privada em relação ao Sistema GESP, e dessa forma, diminuir o índice de punições sofridas, que implicam desde advertências, multas, até mesmo a perda da licença de funcionamento da empresa.

O **Inasep** tem como um dos seus pilares promover o desenvolvimento educacional do setor da segurança privada e nesse sentido vem buscando parcerias para ofertar cursos, com valores mais acessíveis, para todo o setor.

**Divulgue essa oportunidade.**